



**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Centro de Artes, Humanidades e Letras  
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**

**CATIANE CALDAS DE BRITO**

**IRREVERÊNCIA COM CONSISTÊNCIA?**

**A Marcha das Vadias - SSA na formação de arenas de políticas públicas de gênero.**

Cachoeira  
2014

**CATIANE CALDAS DE BRITO**

**IRREVERÊNCIA COM CONSISTÊNCIA?**

**A Marcha das Vadias - SSA na formação de arenas de políticas públicas de gênero.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araujo

Cachoeira  
2014

**CATIANE CALDAS DE BRITO**

**IRREVERÊNCIA COM CONSISTÊNCIA?**

**A Marcha das Vadias - SSA na formação de arenas de políticas públicas de gênero.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 01 de abril de 2014.

Edgilson Tavares de Araújo – Orientador  
Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Suzana Maia Moura  
Doutora em Antropologia pelo Graduate Center, City University of New York  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Rosana de Freitas Boullosa  
Doutora em em Políticas Públicas pela Università IUAV di Venezia  
Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho a todos que edificaram essa história comigo: minha família, meus professores, em especial Edilson Tavares, aos colegas e amigos construídos nessa caminhada sendo especiais: Martoca, Fernanda, Cássia, Stephanie e Iasminni. Pessoas que, orgulhosamente, chamo de meu povo.

A vocês, muito obrigada!

*“A cada dia que vivo, mais me convenceo de que o desperdício da vida está no amor que não damos, nas forças que não usamos, na prudência egoísta que nada arrisca, e que, esquivando-se do sofrimento, perdemos também a felicidade. A dor é inevitável.*

*O sofrimento é opcional.”*

*Carlos Drummond de Andrade*

Não... não comungo com tanta hipocrisia  
Na verdade eu conheço o meu direito .  
Posso até ser um cidadão comum  
Mas entenda, não quero ser mais um  
É melhor me tratar com mais respeito

Flavio José

BRITO, Catiane Caldas de. **Irreverência com Consistência? A Marcha das Vadias- SSA na formação de arenas de políticas públicas de gênero.** 76 páginas do TCC. 2014. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014

## RESUMO

Nos últimos anos, passamos por inúmeras reconfigurações da sociedade civil, inclusive com relação aos movimentos sociais. Emergem a partir da década de 80, na França, mais recentemente no Brasil os chamados Novos Movimentos de Protesto – NMP, enquanto sujeito contestatário e unificado. O objetivo deste trabalho foi analisar como as intervenções da Marcha das Vadias influenciaram no processo de definição de problemas de pública relevância e formação de arenas de políticas públicas de gênero no Estado da Bahia. Para tal usou – se de metodologia qualitativa, realizando-se 10 entrevistas, sendo 3 com gestores das três esferas de governo, 4 entrevistas com representantes do legislativo estadual e municipal duas de cada casa legislativa, e, mais 3 entrevistas com militantes do movimento social Marcha das Vadias. Estas entrevistas foram transcritas e feita análises de conteúdo. Os principais resultados encontrados evidenciaram cinco categorias analíticas, que apresentam a influencia da MDV/SSA na formação de arenas de políticas públicas de gênero na capital baiana.

**Palavras-chave:** Arenas, Movimentos sociais, Políticas públicas gênero, Novos Movimentos de protesto e Marcha das Vadias.

## Lista de Quadros

Quadro 01 - Quadro de análise comparativa dos conceitos e embasamentos conceituais sobre movimentos sociais (MS), novos movimentos sociais (NMS), Novíssimos Movimentos Sociais (NNMS) e Novos Movimentos de Protesto (NMP).....21

Quadro 02 - Quadro analítico de categorias definidas a partir da percepção dos representantes do legislativo estadual e municipal, gestores de políticas públicas de gênero do executivo estadual e municipal. e militantes da MDV-SSA sobre a influência deste movimento na formação de arenas.....48

## Lista de Figuras

Figura 01 – Grupo protesta contra a Igreja quebrando imagens .....	28
Figura 02 - Imagens da MDV/SSA - 02 de julho de 2013 .....	30
Figura 03 - Imagem do protesto realizado pelo movimento no ACBEU e da militante da MDV/SSA agredida, participando de protesto no dia 02 de Julho na cidade de Salvador .....	31
Figura 04 - Imagens da MDV/SSA 02 de julho de 2013.....	32
Figura 05 - Imagens da MDV/SSA 02 de julho de 2013.....	33

## **LISTA DE SIGLAS**

MDV – Marcha das Vadias

MVD/SSA - Marcha das Vadias Salvador

MS - Movimentos Sociais

NNMS – Novíssimos Movimentos Sociais

NMP- Novos Movimentos de Protesto

NMS - Novos Movimentos Sociais

PP - Políticas Pública

SPM/BA – Secretaria de Políticas para Mulher

SPM/PR – Secretaria de Políticas para Mulher da Presidência

SPM/SSA – Superintendência de Políticas para Mulheres - Salvador

TIC – Tecnologia da Informação

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>1 Movimentos Sociais na contemporaneidade: em busca de definições .....</b>	<b>16</b>
1.1 Sociedade civil e movimentos sociais.....	17
1.2 Os Novos Movimentos Sociais (NMS), Redes de Mobilizações Civis, Novos Movimentos de Protestos e Novíssimos Movimentos Sociais: identidades em construção e caracterizações .....	19
1.2.1 Feminismo e Movimentos Sociais.....	28
1.2.2 A Marcha das Vadias .....	31
<b>2- A influência dos NMP na formação de novas arenas de políticas públicas de gênero.....</b>	<b>40</b>
2.1 Novos atores na definição de arenas políticas públicas de gênero .....	42
2.2 Panorama das políticas públicas de gênero no Brasil .....	45
<b>3 A MDV- Salvador na formação de arenas de PP.....</b>	<b>50</b>
3.1 As percepções sobre a MDV-SSA e a formação de arenas de políticas públicas .....	53
<b>4. Considerações Finais .....</b>	<b>66</b>
<b>Referências .....</b>	<b>69</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>73</b>

## Introdução

Historicamente, as imagináveis diferenças de gênero sempre foram usadas para justificar comportamentos e atitudes preconceituosos e discriminatórios. Durante muito tempo a mulher viveu completamente à margem da sociedade, estando vulnerável pela suposta “fragilidade”, pela falsa “incompetência intelectual”, ou ainda, por ser a “provocadora do pecado”. A figura feminina viveu e vive, mesmo após muitas conquistas, sob uma tradição machista e patriarcal, que se materializa de muitas formas: as discriminações no mercado de trabalho, a submissão e dependência do homem para as questões econômicas, a exclusão na participação política, dentre outras. Estes são resultantes de uma cultura de ideologia naturalista, em que o sexo biológico, determina a função social da mulher.

Gradativamente, passamos por processos de revisão do papel social da mulher, principalmente, quanto à participação na vida política e econômica que foram significativamente alterados. Essas mudanças não ocorrem de forma espontânea, como um processo de reconhecimento da importância social da mulher. Foram necessárias intervenções de diferentes atores sociais que buscam a igualdade e equidade entre os sexos, o respeito às mulheres. Nesse sentido, surgem os movimentos sociais (MS) feministas voltados para a questão de gênero que buscam mitigar a diferença subjetiva instituída historicamente entre o homem e a mulher. Os MS são uma das formas estruturantes da sociedade civil que devem ter, por princípio, a participação cidadã como elemento basilar.

De forma geral, todo MS tem uma ideologia, que em alguns casos se transforma em utopia, ou seja, lutam por propósitos comuns que mobilizam as pessoas, estabelecem um conjunto de crenças que negam o instituído buscando criar novos instituintes, compondo novos paradigmas para a ação e reação. A partir dessas ideologias, os MS aparecem e desaparecem segundo conjunturas históricas.

Nos anos 50 e 60, os MS eram vistos como fontes de conflitos e tensões, promotores de revoluções e revoltas. Com o surgimento do movimento dos estudantes, das mulheres, pela paz, dentre outros, ainda nos anos 60, estes passaram a ser vistos como construtores de inovações culturais e de mudanças sociais.

Entre as décadas de 70 a 90 emergem os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS) que têm em seu bojo a tentativa de resgatar e defender a perspectiva universal de cidadania, diante das diversas desigualdades de gênero, étnico-racial, regional dentre outras categorias e mínimos sociais. Remetem a um sistema de governo em que a participação da sociedade civil institucionalizada ou não, parece a última instância de gestão do público e para o público.

Na contemporaneidade, com o uso de novos instrumentos de comunicação e informação, os MS se caracterizam pela fluidez nos seus processos de inovação, construção e desconstrução, voltando-se para diferentes causas sociais. Mais recentemente, isso tem sido observado principalmente com as grandes mobilizações feitas no mundo, com destaque para a Primavera Árabe<sup>1</sup> e as manifestações ocorridas no Brasil desde junho de 2013, a exemplo do *#vempraru*<sup>2</sup>, originando as chamadas Redes de Mobilizações Cívicas, Novíssimos Movimentos Sociais, conforme apontados por Gohn (2010) ou os Novos Movimentos de Protesto, como categorizados por Cefai (2005).

Neste contexto, destaca-se na atualidade, o NMS urbano ou “novo movimento de protesto”, denominado Marcha das Vadias (MV). Originalmente chamado SlutWalk, esse movimento nasce da indignação de mulheres, quando no dia 24 de janeiro de 2011, um representante de polícia da cidade de Toronto, no Canadá declarou que as vítimas de agressões sexuais eram responsáveis por tal violência devido à maneira de se vestir, consideradas como vadias. Em 3 de abril de 2011, naquela cidade foi realizado um protesto como reação às palavras do policial e, desde então, as manifestações internacionalizaram-se, sendo realizado em diversas partes do mundo. Esse movimento nasce em um cenário em que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) têm papel relevante na organização de suas atividades e na interação com outros movimentos pelo mundo.

A primeira mobilização da Marcha das Vadias no Brasil ocorreu em São Paulo, no dia 4 de junho de 2011. Para a realização dessa mobilização, a criação de uma

---

<sup>1</sup> Primavera Árabe foi o nome dado às manifestações ocorridas em países da África e da Ásia no início do ano de 2011 motivadas pela insatisfação popular com a política ditatorial de seus governos. Mais informações podem ser obtidas em: Lopes (2011).

<sup>2</sup> Foi um movimento apartidário que reivindicava melhorias na prestação de serviço público e teve início através do movimento Passe-livre, que defende a tarifa zero para transporte coletivo. Mais informações no site: <<http://vempraru.org/sobre>>

página na rede social Facebook, pelas organizadoras do evento, foi o meio utilizado. Daquele momento até os dias de hoje, essa ferramenta vem sendo utilizada de modo significativo empreendendo parte das atividades do movimento, congregando representantes em vários estados do país.

Um dos impulsionadores da MDV no Brasil é a questão da violência contra a mulher que é um triste fenômeno mundial e nacional e tem terreno fértil em regiões pobres. De acordo com o IPEA (2013), a região Nordeste é a que tem as maiores taxas de feminicídio, ou seja, “mortes de mulheres por conflito de gênero”, o que talvez tenha catapultado o movimento da MDV, principalmente nesta região. O movimento vem ganhando espaços em vários estados brasileiro, inclusive a Bahia, considerado, de acordo com a pesquisa, o segundo, nesse tipo de violência.

Tendo em vista as novas experiências de coprodução de bens públicos e formação de arenas e agendas de políticas públicas em movimentos multitoriais, desperta-se para a necessidade de compreender melhor as especificidades de novos atores como a MVD-SSA. Assim, surgem as principais inquietações desta pesquisa de conclusão de curso, principalmente, a partir de um momento exploratório vivenciado no dia 02 de julho de 2013. Participei da manifestação que os militantes da MDV-SSA fizeram no percurso da Praça da Soledade até a Praça Municipal, na cidade de Salvador-BA, durante as comemorações da Independência da Bahia. Pude observar/sentir as diversas reações por parte do público que acompanhava o tradicional desfile formado por diversos grupos e dentre eles a do MDV/SSA. Aplausos e vaias se misturavam de modo comovente e inquietante. Tal vivência, para mim se apresentou confessionalmente difícil, pela dificuldade que tive em verbalizar as frases gritadas pelo MDV e ao mesmo conseguir a confiança para estabelecer o primeiro e contato.

Nesse primeiro momento, observei que a disputa por espaço público para manifestação de ideias não é simples. Manifestar-se vai além de apresentar-se e reivindicar, é necessário convencer àqueles para quem nos apresentamos. E mais, é convencer quem de fato, dentro de um sistema político representativo, assumam a causa pela qual lutamos.

Deste modo, considerando a importância da Marcha das Vadias na construção de conquistas e mudanças sociais relacionadas às questões de gênero e quais as

consequências destas na formação de arenas de políticas públicas, buscou-se compreender nesta pesquisa como os novos movimentos sociais de gênero têm atuado em Salvador e no Estado da Bahia no sentido da construção de novas arenas de políticas públicas. Ou seja, busca-se responder: como a MVD-SSA vem participando e influencia a construção das arenas de políticas públicas de gênero?

Este estudo teve como objetivo principal analisar como as intervenções da Marcha das Vadias influenciaram no processo de definição de problemas de pública relevância e formação de arenas de políticas públicas de gênero no Estado da Bahia. Como objetivo específico, buscou-se: (a) analisar historicamente a atuação e os processos de mobilização da Marcha das Vadias, (b) verificar como ocorrem as definições dos problemas de pública relevância no âmbito da Marcha das Vadias; (c) avaliar as formas de atuação em rede dos novos movimentos de protesto em torno de problemas de pública relevância relacionados as questões de gênero.

Trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, utilizando como técnicas de coleta de informações a observação simples, a análise de matérias de jornal e publicações no Facebook, além de entrevistas semi-estruturadas<sup>3</sup> com lideranças da Marcha das Vadias Salvador, políticos atuantes no poder legislativo (deputados estaduais e vereadores) e técnicos/gestores do executivo municipal e estadual. A escolha desses sujeitos baseou-se na relevância de cada um no processo de formação de arenas de política públicas de gênero.

Para os representantes do legislativo, foram escolhidos dois participantes de comissões de direito da mulher de cada ente subnacional, pois essas comissões têm como finalidade discutir e votar as propostas de leis que são apresentadas para o tema, no estado da Bahia e na cidade de Salvador. Optou-se também por investigar as ações oriundas da Secretaria de Políticas Públicas da Bahia, por isso, além destes, também foram entrevistados dois técnicos e gestores da Secretarias de Políticas para as Mulheres de Salvador e do Estado da Bahia. Assim, foram realizadas 10 entrevistas que foram gravadas, transcritas e tiveram os conteúdos analisados, usando a análise categorial temática, seguindo os procedimentos de Bardin (1977). Todos os entrevistados assinaram termo de consentimento livre e

---

<sup>3</sup> Ver roteiro de entrevista no anexo A.

esclarecido<sup>4</sup>, e por se tratar de pessoas que exercem cargos políticos, foi preservado o anonimato dos entrevistados.

O título deste trabalho ("Irreverência com Consistência"?) transformado em pergunta, surgiu a partir da análise de uma das falas nas entrevistas, para definir os objetivos da MDV-Salvador. Neste sentido, o trabalho busca explorar os significantes desta irreverência na efetividade da formação de arenas e agendas de políticas públicas.

Esta monografia está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, foi feita revisão bibliográfica sobre a sociedade civil e os movimentos sociais, buscando conceituar e caracterizar as diferentes categorias analíticas sobre estes, enfatizando o panorama histórico dos movimentos feministas. No segundo capítulo, assumindo um posicionamento acerca da classificação do MDV/SSA, é apresentada a influência dos Novos Movimentos de Protesto (NMP) na formação de arenas de políticas públicas de gênero. O capítulo três apresenta a análise dos resultados da pesquisa de campo a partir de uma análise do conteúdo das entrevistas que foram gravadas e depois transcritas, explicitando algumas categorias analíticas encontradas no estudo.

Vale salientar que não se pretende buscar resultados generalistas sobre movimentos sociais na participação, formulação e controle das políticas públicas, mas respostas pontuais à percepções sobre a MDV-SSA e suas repercussões na Bahia, podendo servir de norte para futuros estudos sobre o tema. Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, apontando algumas reflexões e questões para novas agendas de pesquisa sobre o tema.

---

<sup>4</sup> Ver anexo B.

## 1 Movimentos Sociais na contemporaneidade: em busca de definições

*O horizonte do viver-junto e do bem-viver-junto não para de se reconfigurar ao se confrontar com atos de resistência, protesto, desobediência e crítica, de denúncia e reivindicação, ou simplesmente, sem carregar necessariamente essa valência negativa, de investigação, experimentação, cooperação e inovação, (CEFAI, 2009, p. 17)*

A Constituição de 88, também tida com a Constituição Cidadã, imputa à sociedade civil a participação na formulação de políticas públicas. Um dos sujeitos estruturantes dessa sociedade civil - os movimentos sociais - tem exercido papel relevante nesse processo de construção dessas políticas. A ideia é trabalhar não apenas reivindicando, mas também propondo, utilizando-se, na atualidade, de instrumentos institucionalizados, a exemplo de conselhos e fóruns. O caráter público das políticas não se dá pela qualidade do ator, mas pela relevância do problema público que estas pretendem enfrentar ou pela manutenção e oferta de bens públicos de modo compartilhado entre Estado e sociedade civil (BOULLOSA, 2013; CEFAI, 2005)

Tendo em vista as várias pautas e agendas surgidas a partir dos movimentos sociais que se mobilizam de modo diferenciado na atualidade, formando novas redes associativas, cabe compreender como se dão estes processos de mobilização, enfrentamento, diálogo, consensos e dissensos.

Com objetivos pontuais e setoriais, os novos movimentos sociais vêm, gradativamente, fortalecer a participação na formulação e controle de políticas públicas. Neste sentido, cabe compreender estes conceitos estruturantes de sociedade civil, movimentos sociais e políticas públicas.

## 1.1. Sociedade Civil e os Movimentos Sociais

No decorrer da história, uma diversidade de conceitos acerca de Sociedade Civil, se apresentam, adequando-se ao momento. A sociedade civil carregava em seu significado, sinonímia com a acepção de Estado. Em seu livro *A Política*, Aristóteles entende sociedade civil supondo “[...] uma grande multidão de homens, é preciso torná-la una pelos princípios e pela instrução comum” (ARISTÓTELES, sem data). Para Gramsci (1971), sociedade civil é entendida como “todo complexo de atividade práticas e teorias com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação” (GRAMSCI, 1971 apud ARAÚJO, 2006). Para Scherer-Warren (2006) a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Deste modo, diferentes agentes estruturantes se organizam na sociedade civil, tais como os movimentos sociais, ONGs, associações e redes, entre as mais diversas formas institucionalizadas ou não de ação coletiva (GOHN, 2010).

Os Movimentos Sociais (MS), enquanto uma das principais formas estruturantes da sociedade civil, criam-se e recriam-se guiados por um contexto social, determinando suas demandas. Esses movimentos não apenas atuam em temáticas sociais específicas, mas também fortalecem questões identitárias, étnico-raciais dentre outras dimensões da diversidade. Os movimentos sociais surgem a partir do momento em que sociedade civil vê a necessidade de reivindicar e propor mudanças acerca de uma temática a qual um grupo específico ou não, se vê diretamente envolvido. Em sentido mais amplo, se constituem em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia. (SCHERRER-WARREN, 2006).

A postura adotada pelos MS não é apenas reivindicativa, mas também propositiva. Os atores sociais envolvidos emergem da sociedade civil, na qual a preponderância de uma classe, não apenas é um mero resultado de domínio econômico. Esse domínio vai além, é também cultural, e expressa o poder de uma

classe dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade (TILLY, TARROW E MCADAM apud GOHN 2010).

Cabe aqui distinguir os movimentos sociais dos grupos de interesse. No âmbito das políticas públicas, um grupo de interesse é um “grupo de pessoas organizadas voluntariamente que utiliza recursos para influenciar decisões e políticas públicas” (COTTA, DELLA PORTA, MORLINO apud SECCHI, 2014, p. 108). Logo, podem ser formalmente constituídos. Para Gohn (2010), os grupos sociais são necessários para compor um movimento, mas não é suficiente. Um movimento social além das características citadas por Scherer-Warren (2006) (identidade,positor e projeto/utopia) tem ainda outra diferenciação: o modo de ação coletiva e onde ela ocorre (GOHN, 2010b). Entende-se, portanto, movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2010b, p. 13). Um movimento social pode ser caracterizado como uma forma de ação coletiva na qual as dimensões da solidariedade, do conflito e da ruptura com a lógica do sistema social se inter-relacionam (MELUCCI, 1999).

Ao analisar os MS no Brasil, deve-se atentar para a baixa propensão participativa existente até os anos 80 (AVRITZER, 2009). Gohn (2010b) identifica momentos distintos dos MS no nosso país, a partir das demandas destes:

- a) de 70 a partir dos anos 80, eram movimentos de oposição ao regime militar;
- b) a partir dos anos 90, a promulgação da Constituição de 88, abre à participação do cidadão na produção de bens públicos, incluindo uma pluralização de demandas étnicas e de gênero.

Os movimentos populares são diversos e se adéquam às necessidades do momento em que acontecem. Nas décadas de 70 e 80 os movimentos, estimulados pela Teologia da Libertação, ganharam um novo perfil expandido suas demandas.

As matrizes e práticas que alicerçavam os discursos antes foram alteradas, em função da conjuntura. Não se tratava mais de se ficar de costas para o Estado, mas de participar das políticas, das parcerias etc. (GOHN 2010b). Nos anos 70 e 80, estes tiveram força para impactar ou criar instrumentos jurídicos novos de nível local ou institucional (GOHN 2010b)

O papel universalizante dos movimentos sociais do passado (a luta pelo direito de ter direitos) foi substituído pelo da busca de reconhecimento e o respeito às diferenças e às demandas e características particulares, representados pelos movimentos identitários ao redor da questão urbana; em torno da questão do meio ambiente (urbano e rural), das questões de gênero, etnia e gerações; de demandas na área dos direitos; questão da fome; na área do trabalho; sobre questões religiosas; mobilizações e movimentos sociais rurais; no setor das comunicações; e os chamados movimentos sociais globais (GOHN, 2010)

Considerando a pluralidade temática e de formas de atuação destes movimentos, cabe estudá-los de modo mais detalhado, buscando compreender suas dinâmicas e sentidos de luta, conquistas, avanços e retrocessos nos processos de coprodução de bens públicos.

Nesse contexto plural de demandas surgem os chamados Novos Movimentos Sociais – NMS, caracterizando o novo pela nova forma de fazer política e politização de novos temas (GOHN, 2000), os Novos Movimentos de Protesto (CEFAÏ, 2005), as Redes de Mobilizações Cívicas (GOHN, 2012) e os Novíssimos Movimentos Sociais (GOHN, 2012).

## **1.2 Novos Movimentos Sociais (NMS), Novos Movimentos de Protestos, Novíssimos Movimentos Sociais? Identidades em movimento e suas caracterizações na atualidade**

Os movimentos sociais na atualidade se diferenciam daqueles surgidos no passado por várias características. É preciso compreender que este tipo de ação coletiva na contemporaneidade tem sido caracterizado como movimento social e como estes redefinem a esfera pública, bem como ocorrem as novas formas de mobilização de diferentes sujeitos protagonistas das ações coletivas. Isso requer distingui-los dos MS surgidos no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tais como o movimento operário e os revolucionários desde a Revolução Francesa, bem como os que emergiram nos Estados Unidos na década de 1960 (direitos civis, feminismo, contra a guerra do Vietnã, estudantil etc.). Isso requer também uma

compreensão sobre as alterações do papel do Estado e suas relações com a sociedade no processo de formulação, implementação e controle social das políticas públicas. Este novo cenário cria um deslocamento da questão da desigualdade para a questão das diferenças e da igualdade para a equidade. Além destas questões, grandes lacunas permanecem na produção acadêmica sobre os movimentos sociais, permeando desde o próprio conceito, o que qualifica os chamados novos, o que distingue as ações coletivas, o que ocorre quando uma ação coletiva se institucionaliza como MS, qual o papel destes novos movimentos sociais, quais teorias os explicam (GOHN, 2010)

Compreender categorias como identidade, diferença, reconhecimento, como parte de um determinado coletivo, são fundamentais nos movimentos sociais e na sociedade em geral (TEJERINA, 2012). Estas estão presentes nos chamados Novos Movimentos Sociais - NMS que surgem na década de 70, construídos como uma crítica à abordagem clássica marxista. Esta abordagem tem a ação coletiva apenas na estrutura, na ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. A difusão social da produção contribuiu para desocultar novas formas de opressão. Os NMSs denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade (SANTOS, 1999).

Os NMS fundam-se no chamado neomaxismo, que enfatiza a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva. Segundo Gohn (2000), caracterizam-se:

- a) por um modelo teórico baseado na cultura, negando normas e valores predeterminados ou herdados do passado;
- b) pela negação do marxismo como campo teórico capaz de explicar a ação dos indivíduos, todavia, pautam-se no neomarxismo por conta da consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva;
- c) por ser um novo sujeito coletivo difuso, não hierarquizado em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade;

d) pela política a ser redefinida e ganhar centralidade, tendo uma perspectiva de pensar a questão do poder na esfera pública da sociedade civil deixando de ser apenas do Estado;

e) pelas ações coletivas e a identidade serem aspectos prioritários de análise. Na primeira, observa-se a identidade coletiva criadas por grupos que se auto definem a si mesmos e com o meio ambiente, criando ações coletivas. Na segunda, representa parte constitutiva da formação dos movimentos.

Assim, temos, como aponta Gohn (2000, p.128) “movimentos de estudantes, de mulheres, gays, lésbicas e em todo universo das questões de gênero, das minorias raciais e culturais”.

Em meados dos anos 80, surgem na França, os chamados Novos Movimentos de Protesto- NMP, agregando coletivos cuja característica é não se fundirem num sujeito contestatório unificado, tendo a questão do acesso e garantia à cidadania social como cerne das reivindicações, conforme defendido por Cefaï (2005). Os “excluídos”, tomam lugar dos “proletários” de outrora, conforme sinaliza este autor:

Novos problemas públicos se impuseram aos cidadãos, aos especialistas e aos decisores políticos, em particular em torno da questão dos “sem documentos”, dos “sem trabalho” e dos “sem abrigo” mas também, da saúde pública, da ecologia ou do consumo. “Novos actores colectivos, ONGs, movimentos e coordenações tornaram-se os parceiros e os adversários incontornáveis dos poderes públicos” (CEFAÏ, 2005, p. 129).

Entre as características destes NMP, destaca-se a fluidez em que os membros de diferentes organizações associativas transitam e se coligam de modo mais ou menos informal, “comprometem-se e descompromete-se, segundo as contingências de sua vida familiar e profissional, que se envolvem num determinado dispositivo e se retiram ao mínimo desentendimento” (CEFAÏ, 2005, p. 140).

Observa-se assim uma nova plasticidade sobre a ideia de “sujeito coletivo” defendida nos Novos Movimentos Protesto, nos quais “a reivindicação nem sempre coabita pacificamente” (MATHIEU apud CEFAÏ, 2005, p.135). Isto é o que, por exemplo, ocorreu com o movimento de mulheres na França, acerca das questões da prostituição, que, de um lado entendem como necessário a legalização profissional como “trabalhadoras do sexo”, mas, por outro, de forma paradoxal, percebem a

prostituição como uma submissão sexual, tendo como ponto de reivindicação a erradicação e a penalização de toda e qualquer prática de prostituição, apresentada como uma forma de exploração sexual, frequentemente associada à miséria, senão mesmo à escravidão.

Outro ponto merece atenção nos NMP é que “a coordenação entre estes diferentes ‘colectivos’ é problemática – muito heterogêneo [...] não tendo muitas vezes outra ambição para além de informar, denunciar e reivindicar, [...] as ‘ocupações, impuseram-se entre os diversos repertórios de acção” (CEFAÏ, 2005, p. 135). De acordo com este autor, os NMP agem por vezes no limite da legalidade ou por vezes mergulham literalmente nela e cita as ações dos Black Bloc<sup>5</sup>, exemplificando. Todavia, o recurso à violência é raro, pois o objetivo é sempre, mostrar o caráter imoral de uma lei, chamar a atenção da mídia, comover, chocar e indignar o público. A retórica da defesa de direitos nos NMP remete sempre a interação com os poderes executivo, legislativo e judiciário, circunscrevendo “arenas públicas da denúncia e da reivindicação, da controvérsia e da confrontação” (CEFAÏ 2005 p. 148). A desobediência civil também se apresenta como uma estratégia de protesto dos NMP.

Sujeitos sociais como partidos de esquerda, ecologistas, grupos de movimentos dos “sem” ou dos “excluídos”, organizações de defesa dos direitos humanos, ONGs humanitárias, têm em fóruns e plataformas de redes sociais virtuais, locais de encontros e de protestos coletivos. A crítica ao neoliberalismo também é uma característica preponderante dos NMP. Cefaiï, (2005), apresenta que a estrutura reticular de pequenas organizações cujos membros tentam federar-se, nem sempre se entendem, “devido à disparidades dos seus objectivos materiais e das suas sensibilidades políticas”. Criam-se tensões entre tomada de posições, por vezes utópicas e iniciativas de colaboração de ação pública que permitem abordar determinados problemas de modo pragmático. (CEFAÏ, 2005, p. 133).

---

<sup>5</sup> Para o cientista político, Saul Newman, trata-se da formação temporária contingente de grupos de pessoas, sem uma identidade clara, que aparentemente surge espontaneamente e, em seguida desaparece. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cblack-blocs-sao-minoria-mas-simbolo-importante-da-resistencia201d-6046.html> Acesso em 20 mar. 2014

Nos NMP, as novas formas de manifestações são sempre métodos de expressão pública de primeiro plano. Porém, contra os desfiles sérios e a passo lento, novas táticas vêm sendo aplicadas. As manifestações tornaram-se espaços, onde se canta e dança, gritam-se palavras de ordem diversas. Estes NMP influenciam diretamente nas culturas e modos de vida social já que,

[...] fizeram emergir nicho de contracultura com os seus estilos de vida, as suas fontes de prazer, modalidades de coexistência, vibrações *afectivas* e perspectivas utópicas e também com os seus representantes e tradutores [...]. Pouco a pouco, foram-se propagando modos de ser, e de estar no mundo e de estar com outrem, em contraponto a formação de verdadeiros mundos, mercados culturais e arenas públicas. (CEFAÏ, 2005, p.151).

Além das classificações dos NMS e NMP, anteriormente descritas, alguns autores contemporâneos como Gohn (2012) e Ricci (2012) tem chamado a atenção para o que denominam como “Novíssimos Movimentos Sociais (NNMS)” e “mobilização da geração Y”, respectivamente. Estes analisam alguns movimentos tais como *Occupy*, iniciado em Nova York e proliferado rapidamente pelo mundo, *Os Indignados*, na Espanha, além dos movimentos étnicos e multiculturais na América Latina:

Embora haja entre os movimentos Occupy e Indignados grandes diferenças e especificidades históricas, eles estão reformulando a pauta das demandas dos movimentos sociais no Ocidente na última década, passando das demandas de direitos identitários ao redor de gênero, etnia, opção sexual, etc., para demandas grupais focadas em problemas da vida cotidiana – emprego, finanças/salário, dívidas, serviços sociais como educação e saúde, moradia etc. (GOHN, 2012, p1)

Para Gohn (2012), a crise financeira global de 2008 deu suporte para o nascimento de “Novíssimos Movimentos Sociais” no mundo ocidental. Proliferaram movimentos multi e pluriclassista. São também, movimentos transnacionais. “Há novidades nas demandas, nas identidades, nos repertórios e no perfil dos participantes [...] É um tipo de movimento virtual, sem sede ou grupo organizador de grande visibilidade” (GOHN, 2012, p.1).

São problemas cotidianos de interesse difuso marcam a pauta de reivindicações dos Novíssimos Movimentos Sociais. Todavia, faltam aos movimentos atuais definições estratégicas, programáticas e teóricas (HARVEY, DAVIS, ZIZEK et all apud GOHN, 2012). “Cumpre observar que muitos destes movimentos não têm

planos programáticos por convicção, inspiram-se mais nos ideais do socialismo libertário do século XIX do que nos ideais da esquerda tradicional (DI CINTIO, 2010 apud GOHN, 2012 p.1).

Os ativistas dos NNMS “inspiram-se também em teorias do humanismo, em versões que combinam com visões holísticas. O pensamento humanista cresceu e espalhou-se entre os ativistas da cibercultura”. GOHN (2012 p.1)

Apresentando o dissenso acerca do conceito dos NNMS, Rudá Ricci contesta Gohn (2012) afirmando que há pouca de novo nessa nova categoria de MS. Para ele as redes sociais definem um novo tipo de associativismo, pois

os vínculos são individuais e não armados a partir de uma identidade coletiva. O que ocorre é uma adesão momentânea. O que faz das mobilizações algo muito mais efêmero do que um movimento social. Uma pessoa adere a uma mobilização por perceber que está sendo usado ou tragado por uma articulação maior, uma organização (RICCI; 2012, p.1)

Cabe lembrar que as redes sociais são teias de relacionamentos que nem sempre possuem conexão entre si, construída por vínculos e adesões individuais e pontuais, sem hierarquia. Isso caracteriza então o que Ricci (2012) chama de movimentos da Geração Y (aqueles formados por nascidos na década de 1980 a meados da década de 1990), que começam a envelhecer e a perder lugar para a Geração Z (nascidos no final da década de 1990).

Uma característica comum marcante destes movimentos contemporâneos é a atuação fluída e diversificada em redes. Para Scherer-Warren (2006) as redes estão tipificadas em três níveis: a) associativismo local, b) formas de articulação interorganizacionais e, c) mobilização na esfera pública. Essa articulação, com grupos de mesma identidade social e política se traduz numa maior visibilidade e impacto na esfera pública. As redes de movimentos sociais “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

A partir desta lógica das redes, desponta a ideia de Redes de Mobilizações Civas, surgidas principalmente pelo uso das redes sociais virtuais, gerando um novo tipo de associativismo, prioritariamente no contexto urbano, gerando novas formas

de organização das demandas e práticas de interlocução, debates e proposições. Cabe destacar que a importância das redes sociais ganham uma centralidade nas pesquisas, dando inclusive maior destaque que os próprios movimentos sociais, por vezes, constituindo até um certo modismo. Vale salientar que esta categoria de análise que ganha centralidade nas ciências sociais a partir dos anos de 1990, junto a outras tais como território, capital social, inclusão social, responsabilidade social, sustentabilidade etc. alteram o quadro de análise das teorias dos movimentos sociais. Merece destaque a categoria mobilização social, anteriormente subordinada a outras categorias como processo e mudança, ganhou vida, significado e dinâmica própria, principalmente quando analisada a partir da lógica das atuações em rede (GOHN, 2010).

Com base nas caracterizações feitas até então sobre movimentos sociais (MS), novos movimentos sociais (NMS), Novíssimos Movimentos Sociais (NNMS) e Novos Movimentos de Protesto (NMP), apresento um quadro comparativo sobre estes conceitos, com base nas categorias de análise propostas por Maio (2004), evidenciando os aspectos axiológicos (valores), teleológicos (propósitos), epistemológicos (focos), ontológicos (agentes) e praxiológicos (locus e metodologia), presentes nestes recentes conceitos.

**Quadro 01 - Análise comparativa dos conceitos e embasamentos conceituais sobre movimentos sociais (MS), novos movimentos sociais (NMS), Novíssimos Movimentos Sociais (NNMS) e Novos Movimentos de Protesto (NMP)**

Conceito	Movimentos Sociais (MS)	Novos Movimentos Sociais (NMS)	Novíssimos Movimentos Sociais (NNMS)	Novos Movimentos de Protesto (NMP)
<b>VALORES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Democracia</li> <li>- Participação na vida pública</li> <li>- Militância política</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Solidariedade</li> <li>- Cidadania</li> <li>- Democracia</li> <li>- Participação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Novíssimas” solidariedades (antigos temas com novos focos)</li> <li>- Humanismo radical</li> <li>- Garantia de Direitos</li> <li>- Liberdades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indignação</li> <li>- Liberdades</li> <li>- Redefinição da política</li> <li>- Transparência</li> <li>- Controle social</li> </ul>
<b>PROPÓSITOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possuem objetivos setoriais, porém articulados pela garantia da democracia, atuando de modo reivindicativo.</li> <li>- Combater a o regime ditatorial.</li> <li>- Fortalecer questões identitárias, sendo constituídos a partir da definição clara de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Objetivos mais pontuais e setoriais.</li> <li>- Lutar e fortalecer as questões das diferenças, equidade e reconhecimento em busca de direitos sociais.</li> <li>- Combater a exclusão e pobreza.</li> <li>- Exerce papéis muito propositivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Objetivos mais pontuais e setoriais.</li> <li>- Exerce papéis mais informativos e reivindicativos, menos propositivos.</li> <li>- Lutar por problemas cotidianos de interesse difuso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Objetivos generalistas e difusos.</li> <li>- Informar, denunciar e reivindicar mais que propor.</li> <li>- Lutar contra a corrupção e neoliberalismo e seus efeitos.</li> </ul>
<b>FOCOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Base nos conceitos do marxismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Base no chamado neomaxismo, enfatizando a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouco definido.</li> <li>- “Novidades nas demandas” (antigas temáticas com novos focos), nas identidades, nos repertórios e no perfil dos participantes.</li> <li>- Falta definições estratégicas, programáticas e teóricas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouco definido.</li> <li>- Falta definições estratégicas, programáticas e teóricas.</li> </ul>
<b>LOCUS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sujeito coletivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Novo sujeito coletivo difuso e mais institucionalizado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redes sociais como novo tipo de “sujeito coletivo”</li> <li>Identidades grupais fluidas e plásticas.</li> <li>- São multi e pluriclassista, além de transnacionais.</li> <li>Formam identidades grupais momentâneas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sujeito contestatório não unificado formado por indivíduos, ONGs, MS, Associações etc.</li> <li>- Formam identidades grupais momentâneas.</li> <li>- Há fluidez e plasticidade na participação mais ou menos informal de organizações associativas e indivíduos</li> </ul>
<b>AGENTES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimentos de luta contra a ditadura, pela reforma agrária, feminismo, estudantes etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimentos de estudantes, de mulheres, gays, lésbicas e em todo universo das questões de gênero, das minorias raciais e culturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Occupy</i>, Os Indignados, movimentos étnicos e multiculturais na América Latina etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Partidos de esquerda, ecologistas, grupos de movimentos dos “sem” ou dos “excluídos”, organizações de defesa dos direitos humanos, ONGs humanitárias</li> </ul>
<b>METODOLOGAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manifestação de massa</li> <li>Pressão direta e indireta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilização e pressões com partidos políticos.</li> <li>Assume também papéis partidários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilizações usando redes sociais virtuais como principal estratégia.</li> <li>- Protestos coletivos e unificados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilizações usando redes sociais virtuais como principal estratégia.</li> <li>- Declaram-se apartidários.</li> <li>- Métodos de expressão pública.</li> <li>- Desobediência civil como estratégia de protesto.</li> </ul>

FONTE: Elaboração própria com base em Gohn (2000, 2010), Santos (1999) Cefai (2005)

A partir do quadro 1, pode-se observar que não houve uma radical substituição, dos valores e propósitos que sustentam os movimentos sociais, mas, ao longo da história, a incorporação pelos NNMS e NMP, de valores decorrentes das contingências que emergiram nas últimas décadas face às novas prioridades de agenda política devido a problemas como pobreza, desigualdade, extrema corrupção, baixa qualidade dos serviços públicos etc.

Do ponto de vista epistemológico, nota-se que, nos NNMS e NMP, os conceitos ainda são bastante frágeis em relação à base marxista dos MS ou mesmo neomarxista dos NMS. Desta forma, o que caracterizaria os “novíssimos” ou o “protesto” além da questão contextual/temporal não seria o conceito em si, mas os meios diversificados de ação para o enfrentamento de “novas” demandas. Logo, mais parece que a nomenclatura é dada pelos meios que, necessariamente, pelas finalidades e foco teórico-conceitual.

Com relação ao loco e a práxis (metodologia) desenvolvidas pelo NNMS e NMP, de fato, se diferenciam dos MS tradicionais. Tal diferenciação ocorre pelo tipo de sujeito que é formado, que no caso dos MS e NMS, são sujeitos coletivos com perfis mais institucionalizados. Já os NNMS e NMP, caracterizam-se por uma atuação mais fluida e por terem identidades contestatórias grupais momentâneas congregando não apenas ONGs e MS, organizações formais, mas também indivíduos de diferentes classes sociais. Neste caso pode haver, inclusive, conflitos ideológicos individuais, mas que, nos momentos de mobilização e dos protestos prevalece, mesmo que pontualmente, um sujeito contestatório unificado.

Para as metodologias, havia uma maior relação político partidária nos MS e NMS, enquanto que nos NNMS e NMP há um repúdio a diferentes siglas partidárias, mesmo aquelas declaradas como a nova esquerda. Ao mesmo tempo em que é importante a indignação com relação às falidas instituições dos partidos políticos é preocupante a despolitização maquiada de republicanismo. Estes novos movimentos são contra o Estado, mas não apontam nenhuma solução e as poucas tendem ao estadocentrismo. No que diz respeito aos agentes promotores do processo de mobilização, os momentos sociais e políticos, sob meu ponto de vista, forjam-nos. Diante de tais características, reafirmo o posicionamento de que o MDV é um movimento de protesto.

A MDV se utiliza com muita propriedade das redes sociais. Essa representa uma forma diária de “participação”, “militância” e articulação, informando e reivindicando. É um movimento que apresenta metodologias irreverentes, pautas diversificadas e seus agentes buscam direitos de grupos entendidos como excluídos, indo além das mulheres. Outro ponto diz respeito à fluidez e na militância e atuação em rede, a MDV/SSA, procura ganhar força política e visibilidade, articulando-se com outros movimentos de semelhanças ideológicas, como o LGBT e Movimentos étnicos.

### **1.2.1 Feminismo e Movimentos sociais**

Feminismo é um termo que pode ser entendido como a luta das mulheres por emancipação e que teve início na Europa e América do Norte. Inicialmente, esse movimento teve como escopo a busca por direitos políticos e por melhores condições de trabalho. Ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, as mulheres passaram a buscar formas organizadas para expressar a luta por seus direitos. As reivindicações feministas, nesse momento, tiveram o Movimento Sufragista, que foi um movimento feminista de meados do século XIX, em que as mulheres dos Estados Unidos e Inglaterra reivindicavam o direito ao voto, como representante das demandas acerca dos direitos políticos.

O feminismo procura superar em sua prática, enquanto movimento as formas de autoritarismo e de poder (ALVES, PITANGUY, 1985). Este movimento não se organiza de forma centralizada e recusa uma disciplina única imposta a todos os militantes:

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo, sob uma ótica em que os indivíduos, seja ele homem ou mulher não tenham que se adaptar a modelos hierarquizados, e onde as características “femininas” e “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade” (ALVES, PITANGUY, 1985, p.9)

Nos anos 70, a segunda onda do feminismo, atribui à estrutura social patriarcal, as injustiças e desigualdades entre mulheres e homens

enquanto o feminismo liberal enfatiza a injustiça das leis existentes, e exige a extensão dos direitos do homem para as mulheres, feministas radicais<sup>6</sup> concebem a injustiça das leis existentes como parte de uma estrutura onipresente da dominação masculina que começa na família e, de lá, expande-se para as instituições políticas (SILVA, VENTURA, KRISTCH, 2009, p. 57)

No Brasil, essa corrente também pontuou questões, que até os dias de hoje, são revestidas por embates políticos. A sexualidade, o direito ao aborto e ao prazer, foram bandeiras advogadas por este movimento, em um momento que tinha como cenário político a ditadura militar e a censura.

### 1.2.1.1 Entendendo Gênero

O conceito determinista de gênero como uma variável binária e não problemática, que balizara o Movimento Feminista das décadas de 50 e 60 - e buscavam igualdade econômica e política - foi reconstruído com as Feministas da segunda geração – por volta dos anos 70. Estas colocam que o “masculino” e o “feminino” são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização. (ALVES, PITANGUY, 1985). Para esse movimento pós-marxista, mulheres e homens são construções sociais.

O imenso progresso que a psicanálise realizou na psico-fisiologia foi considerar que nenhum fator intervém na vida psíquica sem ter revestido um sentido humano [...] A mulher é uma fêmea na medida em que se sente fêmea (BEAUVOIR, 1970, p.58).

Simone de Beauvoir, uma referência do Movimento Feminista, e sua propalada frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, evidencia que condicionamentos culturais refletem determinações de diferenças sexuais (ALVES, PITANGUY, 1985). Sexo e gênero teriam conceitos distintos, devendo a autonomia e a emancipação serem direitos comuns, a ambos.

---

<sup>6</sup> Corrente que faria avançar o debate feminista na direção de um questionamento mais profundo das estruturas de dominação patriarcal, conforme (SILVA, VENTURA, KRISTCH, 2009)

Butler (2003) entende que gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes.

Há controvérsia sobre o significado de *construção*, que parece basear-se na polaridade filosófica convencional entre livre-arbítrio e determinismo “não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (BUTLER, 2003, p.27), refutando a conhecida frase de Simone de Beauvoir.

Os transgêneros (pessoas que sentem inadequação extrema com o sexo biológico de nascimento), por vezes confundidos como homossexuais, passam a ser percebidos como uma importante realidade psíquica e social. Todavia, a transgenia é entendida como um transtorno mental de identidade de Gênero, classificada sob o Código Internacional de Doença - CID 10 - F64. A despatologização desta é uma forma de assegurar a cidadania, passando assim a ser pauta de defesa de direitos de movimentos sociais: "Já que, mesmo que posições libertárias nos induzam a entender isso como um direito pessoal, é um fato que somente medidas sociais e políticas podem garantir e implementar os direitos pessoais" (BUTLER, 2009, p.121).

Para Butler, as normas regulatórias do sexo têm, portanto, caráter performativo, isto é, têm poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas de gênero na ótica heterossexual. (LOURO, 2004, p 44). O conceito de gênero como performativo, trazido por Butler, coloca o entendimento Feminista deste, como insuficiente. Gênero é culturalmente formado, mas de que ele é um domínio de agência ou de liberdade. É, principalmente, importante resistir à violência que é imposta pelas novas ideias de gênero, especialmente contra aquelas pessoas que são diferentes em relação ao gênero que são desviantes em sua apresentação (BUTLER, 2009).

Louro (2004) explica que no início do século XX, o sujeito racional, coerente e unificado é abalado por Freud com suas formulações sobre o inconsciente e a vida psíquica. A existência de desejos e idéias ignorados pelo próprio indivíduo e sobre os quais ele não tem controle são devastadoras para o pensamento racional vigente: ao ignorar seus desejos mais profundos, ao se mostrar incapaz de controlar suas

lembranças, o sujeito se 'desconhece' e, portanto, deixa de ser 'senhor de si'. Mais tarde, Lacan perturba qualquer certeza sobre o processo de identificação e de agência, ao afirmar que o sujeito nasce e cresce sob o olhar do outro, que ele só pode saber de si através do outro, ou melhor, que ele sempre se percebe e se constitui nos termos do outro. Longe de ser estável e coeso, esse é um sujeito dividido, que vive, constantemente, a inútil busca da completude. (LOURO 2004 p. 40). Estudos sobre gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, ganham no final dos anos 80 nos Estados Unidos, notoriedade e relevância através da Teoria *Queer*.

*Queer* pode ser traduzido como estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais (LOURO, 2004, p 38). Esse termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar uma perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. (LOURO2004, p 38). Efetivamente, a teoria queer pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação. (LOURO 2004, p 40).

A seguir, passemos a compreensão e descrição da Marcha das Vadias e Marcha das Vadias – Salvador, objeto de estudo de caso nesta monografia.

### **1.2.2 A Marcha das Vadias**

Vadia, conforme o dicionário Aurélio é: 1. Que não tem ocupação ou que não faz nada; ocioso desocupado; tunante; 2. vagabundo, (FERREIRA, 1988, p.662). Para o MDV, ser vadia é sinônimo de liberdade.

As “marchas” estão vocacionadas para publicizar e popularizar uma dada luta, criar fóruns de discussão nas cidades e sensibilizar, mobilizar e recrutar novos membros (CEFAÏ, 2005).

Quando o indivíduo problematiza uma realidade, tal problematização *ele o faz numa relação com o ambiente* (BOULLOSA, 2010). O sentimento de crise disfarça-se com atitudes provocatórias e imaginativas: revela o seu profundo enraizamento na experiência dos indivíduos (CEFAI, 2005 p. 141). Regras corporais identificam homens e mulheres, que ainda estão em subgrupos: de rua e de casa, construindo um imaginário de que aquela que se veste e se comporta “fora” do que socialmente é correto, seja uma mulher de “rua”. Devido a este comportamento “incorreto” a mulher é vista como responsável pela violência a qual pode ser vítima. Caminhar, sentar, expressar etc. viraram determinantes. Neste sentido, Butlher (2013) afirma que agimos, andamos e falamos de forma que consolidam uma impressão de ser um homem ou ser uma mulher.

A *diferença* reflete a “diversidade da espécie e de suas formas de organização política e de expressão cultural [...] A equidade é a disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um” (GOHN, 2010, p 24).

Com o slogan “Meu corpo minhas regras. Nem santa, nem puta: Mulher!”, o MDV defende o direito de escolha de todas as pessoas sobre seu próprio corpo. Este é um movimento denominado originalmente *Slut Walk* que surgiu a partir de um protesto realizado no dia 3 de abril de 2011, em Toronto, no Canadá, como reação de indignação a um comentário feito no dia 24 de janeiro de 2011, por uma autoridade de polícia local: “ as mulheres devem evitar se vestir como vadias para não serem vítimas “. Naquele momento, essencialmente o que o movimento reivindicava eram ações educativas para os policiais no sentido de desconstruir estereótipos, buscando diminuir a discriminação, marginalização e opressão aos sobreviventes de agressão sexual. É um movimento não institucionalizado, que tem suas ações financiadas por meio de doações e executadas por voluntários. É realizado em diversas partes do mundo sendo também conhecido como a Marcha de Las Putas. Vale ressaltar que as “marchas” estão vocacionadas para publicitar uma dada luta, criar fóruns de discussão nas cidades por onde passam e sensibilizar, mobilizar e recrutar novos membros (CEFAI, 2005).

A Marcha das Vadias, também conhecida como Marcha das Vagabundas é identificado como um movimento de gênero no sentido relacional e contextual, realizado em todo mundo, como evento articulado por meio das redes sociais. Esse

movimento nasce em um cenário em que as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) têm papel relevante na organização e comunicação de suas atividades e na interação com outros movimentos. A Marcha das Vadias, enquanto Novo Movimento de Protesto reconhece todas as expressões de gênero e identidade, como àqueles que foram e podem ser afetados negativamente. Em seu site oficial, o Slut Walk –Toronto tem dentre os seus valores e diretrizes:

A violência sexual é discutido como crime de gênero porque as mulheres e as meninas são mais frequentemente alvo de violência sexual, assédio e da linguagem de ódio em torno dele e os homens são na maioria das vezes os autores, mas todos os sexos são afetados (SLUT WALK, 2014, tradução livre).

A primeira mobilização da Marcha das Vadias no Brasil ocorreu em São Paulo, no dia 4 de junho de 2011. Toda a mobilização se deu pela criação de uma página na rede social Facebook, pelas organizadoras do evento. Daquele momento até os dias atuais, usa-se esta ferramenta para fomentar significativa parte das atividades do movimento que tem atualmente, representante em várias cidades do Brasil.

A MDV, no Brasil publiciza no seu site, campanhas de outros grupos feministas, ações governamentais acerca da temática de gênero, dentre outras. Cada “coletivo” (expressão utilizada entre os militantes, que comungada com o nome de uma cidade identifica a origem do movimento), multiplica e reforça as informações do site do movimento, nos respectivos perfis do Facebook e blogs.

É um movimento que procura chamar a atenção da sociedade e da mídia, por meio de atitudes provocadoras, conforme figura 1, que por vezes beira a ilegalidade, em datas emblemáticas, como na vinda do Papa Francisco ao Brasil, em julho de 2013. Indignados com os dogmas da igreja católica com relação às questões de gênero, manifestantes quebraram imagens sacras onde milhares de peregrinos aguardavam o início da vigília da Jornada Mundial Juventude (JMJ), “a intenção do protesto é incentivar o debate”, afirma um militante presente na manifestação ocorrida no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, VASCONCELLOS, 2013, p.1). Percebe-se com este fato, a desobediência civil como estratégia, criando novas arenas públicas neste sentido.

Cefaï afirma “Quando se fala em arenas públicas, estamos no direito de imaginar um espaço acessível a todos, sem restrição, e não apropriável, em



**Figura 1 - Grupo protesta contra a Igreja quebrando imagens sacras Foto: Marcelo Tasso / AFP**

oposição a um espaço comunitário, em que os atores aparecem uns para os outros e se revelam, se descobrem e se transformam arriscando sua exposição pública. (CEFAÏ, 2009 p.24).

### **1.2.2.1 A Marcha das Vadias Salvador**

Em Salvador – Bahia, o “coletivo” do MDV tem ganhado espaço na mídia e política, principalmente, devido as suas mobilizações irreverentes e que tem chamado a atenção. A primeira mobilização foi marcada por meio do Facebook e aconteceria no ano de 2011 após terem ocorrido outras nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Sista Kátia<sup>7</sup>, grafiteira da capital baiana, iniciou a mobilização por meio da rede social tendo como local para inicio do protesto a Ladeira da Montanha, conhecida via pública que liga à Cidade Baixa, antiga zona de prostituição dada a proximidade com o Porto, onde atualmente prevalece o tráfico de drogas, todavia, apenas quatro pessoas compareceram. Somente no ano de 2012, após reuniões entre as primeiras envolvidas na tentativa de iniciar o movimento na cidade de Salvador, foi decidido marcar a primeira Marcha para o dia 2 de julho, data em que se comemora a Independência da Bahia, comumente palco de manifestações políticas. Este dia, para o MDV-SSA, ficou sendo o principal dia de mobilização. Essa nova convocação, também via Facebook, deu início real ao movimento Marcha das Vadias – Salvador (MDV-SSA).

Cada “coletivo” escolhe uma data comemorativa, nacional, estadual ou municipal, para marchar nas vias públicas. O objetivo é reunir o maior número de

---

<sup>7</sup> Informação fornecida em entrevista com militante

peças e dar a maior visibilidade possível ao protesto. Nessa data escolhida, de acordo com entrevista com a coordenadora do MDV-SSA, reúnem-se cerca de 400 participantes: homens e mulheres (heterossexuais, homossexuais e bissexuais) e travestidos, de várias idades, embora, predominantemente jovens, carregando cartazes com palavras de ordem irreverentes, corpos desnudos, batucando latas, pedindo respeito, protestando contra o que consideram opressão à mulher. Os contextos, social e político do momento são fontes de pauta e, por conseguinte, mobilização.

Na pesquisa exploratória realizada no dia 02 de julho de 2013 participei do percurso que as militantes fizeram da Praça da Soledade até a Praça Municipal na cidade de Salvador. Pude notar e experimentar as diversas reações por parte do público que acompanhava o tradicional desfile do dia pela independência da Bahia formado por diversos grupos, dentre eles a do MDV. Reações de aplausos e vaias se misturavam. Percebi participantes visivelmente envolvidos e dispostos a participar da vida política.

Durante o cortejo, a sensação de constrangimento e de empolgação, em mim, se misturava e, naquele momento dois sujeitos se manifestaram: a mulher - constrangida, com receio de verbalizar as palavras de ordem, pois estas eram gritadas quase que ininterruptamente durante todo trajeto - e a futura gestora - inquieta, tentando imaginar qual seria a minha reação diante da mobilização. Foi, de fato, uma experiência única.



Figura 2 - Imagens da MDV/SSA - 02 de julho de 2013

Fonte: MDV/SSA

A figura 2 traz fotos da mobilização do MDV/SSA, ocorrida em 2 de julho de 2013. A primeira foto, na qual um homem tem escrito na barriga “Não ao nascituro” diz respeito a uma das pautas definidas para esta mobilização. Naquele momento político estava tramitando o projeto de lei, o Estatuto do Nascituro que trazia dentre outras questões a proibição do aborto em qualquer situação. Mesmo nas situações de concepção resultantes de violência sexual. A outra foto revela o caráter político na atitude irreverente.

Além do 2 de Julho, outras mobilizações em menor proporção podem ser feitas, sempre que ocorram situações problemáticas com relação as causas e bandeira de luta do movimento e que requeiram o enfrentamento e protesto público. Um exemplo disso, diz respeito ao caso de agressão sofrida por um casal lésbico durante uma exposição na Associação Cultural Brasil-Estados Unidos – ACBEU. As jovens estavam acompanhando o lançamento da exposição ‘Mutantes’ quando, no fim da mostra, tentaram ir ao banheiro. Conforme alegam, o segurança tentou impedir o acesso delas ao sanitário, dizendo que o lugar estava ‘fechado’ e que a

exposição tinha acabado. (OSELAME, 2013, p1). Uma das jovens levou um soco no rosto, conforme figura 3.

Naquele momento a MDV/SSA, juntamente com o Grupo Gay da Bahia, ocuparam o espaço da associação para protestar contra a lesbofobia e o machismo. À época, uma representante do legislativo municipal recebeu o casal de vítimas da agressão, o que mostra uma possível formação de arena política.



**Figura 3 - Imagem de uma das jovens agredida no ACBEU**

Fonte: Tony Silva



Figura 4. Imagem do protesto realizado pelo movimento no ACBEU e da da militante da MDV/SSA agredida, particiando de protesto no dia 02 de Julho na cidade de Salvador, da esquerda para a direita, respectivamente.

Fonte: Fernando Vivas | Ag. A TARDE e MDV/SSA, respectivamente.

A MDV faz questão de salientar que é um movimento político que não carrega nenhuma bandeira partidária – fazendo questão de ressaltar sempre está característica, assim como todos os NMP - , não é institucionalizado e caracteriza-se como um movimento de gênero. Os espaços de protesto são os públicos ou os privados de acesso público. Neste último, são predominantemente, locais onde ocorreu algum tipo de violência contra a qual lutam, seja física ou discriminatória. O MDV/SSA participa de toda manifestação e/ou ações consideradas correlatas com os objetivos do movimento, independente de quem a fomenta.

Trata-se de um movimento que não encaminha demandas formais, estas se apresentam através de cartazes, faixas, gritos e palavras de ordem e nos próprios corpos, apresentados nos espaços públicos. A definição de pauta específica para cada protesto, assim como as datas para as manifestações é feita em encontros marcados via rede social. As ações do MDV-SSA são financiadas por meio de doações dos participantes do movimento. De acordo com a coordenadora do MDV/SSA, o movimento não recebe recursos de nenhuma outra fonte.

O movimento, na cidade de Salvador, articula-se com outros de ideologias assemelhadas e incorpora a sua causa feminista diferentes expressão da questão social tais como raciais, LGBT, étnicas etc. A imagem da esquerda evidencia isso. De acordo com o contexto político também (re) aparecem novas demandas e lutas. Algumas reivindicações, também são compartilhadas com outros grupos, como, por exemplo, o pedido de cassação do Deputado Federal Marco Feliciano<sup>8</sup>, então presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias no ano de 2013, da Câmara de Deputados, que declarou-se contra o ativismo gay. Propôs um Projeto de Lei de Cura-gay, que tinha como objetivo oferecer tratamento psicológico para alterar a orientação sexual de homossexuais, patologizando o homossexualismo.



Figura 5 - Imagens da MDV/SSA 02 de julho de 2013

Fonte: MDV/SSA

<sup>8</sup> Deputado federal e Pastor evangélico que declarou publicamente lutar contra o ativismo gay, em seu blog. Maiores informações <http://www.marcofeliciano.com.br/blog/index.php/ativismo-gay-so-serve-para-promover-violencia-acorda-brasil/>. Acesso em 22/03/2014.

## **2. A influência dos NMP na formação de novas arenas de políticas públicas de gênero.**

*Eu sou assim*

*Sou o grito que reclama a paz*

*Eu sou a chama da transformação*

*Geraldo Azevedo*

Tradicionalmente, as políticas públicas (*policy*) tem sido analisadas como construtos normativo-prescritivos num olhar mais estadocêntrico, principalmente, a partir das ideias de Harold Laswell (1950) entendendo-as como o governo em ação. Tais ideias eram reforçadas pelo pragmatismo de John Dewey, motivado pela aproximação utilitarista com a teoria da indagação científica (LASSWELL, 1971 apud BOULLOSA, 2013). A partir destas surgem as bases da chamada Análise Racional de Políticas Públicas – ARPP (*rationalpolicyanalysis*), como modo de análise de *policies*, amplamente consolidado em vários países e inclusive no Brasil.

Outro autor clássico na *policy analysis* foi Thomas R. Dye, afirmando que as políticas públicas tratam de tudo aquilo que os “governos decidem fazer ou não fazer” (DYE, 1972 apud BOULLOSA, 2013, p.4). Este autor, mesmo defendendo tal afirmação, chamou a atenção para a existência de problemas públicos que existiriam mesmo sem o reconhecimento e intervenção do governo, dando deste modo, o início de uma ampliação para o conceito de *policy* (BOULLOSA, 2010, 2013; SECCHI, 2010). Willian Dunn (1981) apud Boullosa (2013) é outro autor relevante nesta perspectiva, pois observa a política pública como uma resposta a um problema percebido como público. Assim, nascem outros modos de análise voltados para orientações mais multicêntricas ou policêntricas, nas quais se reconhece a

policy enquanto construto que envolve diferentes atores governamentais e não-governamentais cujo foco passa a ser não a qualidade pública-governamental do ator, mas a qualidade pública do problema que se pretende resolver. As policies, portanto, são diretrizes elaboradas para enfrentar problemas públicos, envolvendo uma multiplicidade de atores que conformam arenas e definem agendas de políticas e institucionais, sendo orientadas para decisão e ação e tratando, como aponta Secchi (2010) de conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.

“Uma PP é um conjunto de  *cursos de ação* ativados por *atores* mobilizados por um *problema de pública relevância*, cuja seleção e articulação empírica é o principal problema de pesquisa do observador ou analista de políticas públicas” (BOULLOSA, 2010, p. 3) Boullosa (2011) apud Ramos e Boullosa (2013, p. 8), compreende a política pública como “ação pública processual, complexa e multiatorial, voltada à resolução de um problema percebido como de pública relevância, envolvendo degradação de bens públicos ou a preservação e reconstrução de tais bens”.<sup>9</sup> Esta abordagem multicêntrica é a que se adota neste trabalho, por entender que os NMP, especificamente, a MDV-SSA é formador de arenas de políticas públicas de gênero.

Todavia, não há consenso, na literatura especializada, acerca da definição do que seja uma PP, devido aos questionamentos que a permeia. Além da visão sobre a capacidade de elaboração e implementação da policy, (estadista ou estadocentrica versus policêntrica ou multicêntrica), Secchi (2010) aponta outros nós conceituais, deste conceito polissêmico e fluído. Este autor aponta alguns questionamento quanto a definição de Dye (1972) no que diz respeito a omissão ou negligência sobre um problema público, primeiro por entender que não apenas governos fazem política pública; segundo, que se todas omissões ou negligências fossem Políticas Públicas, tudo seria política pública. Cabe ressaltar, porém, que alguns teóricos entendem que a inação diante de um problema crônico ou a manutenção de ação ineficaz é uma opção de ação e, por isso, uma política pública. Outro

---

<sup>9</sup> Esta autora defende uma nova teoria de análise das políticas públicas chamada de *Mirada ao Revés*, buscando “dar respostas para uma lacuna de pesquisa individuada do estudo das políticas públicas que concerne na inclusão das ações de atores que não são do governo na compreensão do processo ou fluxo de políticas públicas” (BOULLOSA, 2013). Para mais informações sobre a teoria, consultar Boullosa (2010, 2013).

questionamento de Secchi (2010), diz respeito às políticas públicas como sendo macrodiretrizes estratégicas ou conjunto de programas, negligenciando as ações intermediárias e operacionais.

Na atualidade, percebe-se que tanto diretrizes estruturantes quanto intermediárias e operacionais são políticas públicas. Se formos analisar, por exemplo, as grandes macrodiretrizes colocadas na Política Nacional para as Mulheres, pelo Governo Federal brasileiro, podemos perceber que existem uma série de programas e ações que gradativamente vão aos poucos sendo implementadas, em agendas específicas dos governos subnacionais, ganhando maior ou menor relevância.

Outro ponto relevante na *policy analysis* diz respeito à lógica das redes de políticas pública (*police network*), formada por organizações não-governamentais, organismos multilaterais e organizações privadas, em parceria com atores estatais atuam também como protagonistas. Esta abordagem dá mais relevância aos atores políticos envolvidos. São autores [atores] que se outorgam algum grau de governabilidade sobre o fluxo da política pública, que constroem seus espaços relacionais nas arenas relativas aos processos em que estão imbricados (BOULLOSA, 2010). *Policy networks* representam, portanto, um modo de representar as características essenciais de um processo políticas públicas segmentadas (CAPANO, 1998). Com mais este conceito e considerando a atual conformação sócio-política brasileira, em que diversos atores políticos buscam influenciar a agenda política, construindo dinamicamente novas arenas, reforça-se que nesse trabalho usa-se a abordagem policêntrica de políticas públicas. Deste modo, adiante, aborda-se mais um conceito relevante para o trabalho que é o de arena de políticas públicas, bem como, um breve panorama histórico das políticas de gênero no Brasil.

## **2.1 Novos atores na definição de arenas políticas públicas de gênero**

Ao analisar as PP, mas do que entender o seu ciclo tradicional (formação do problema, indicação de agenda, indicação de alternativa, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção) é fundamental compreender como se formam

as arenas. “Mais do que ser coagido por estruturas de oportunidade política, o público redefine o horizonte de possíveis. É o que se chama de “arena pública” (CEFAÏ, 2002 apud CEFAÏ, 2009 p. 16). Cefai (1996) define uma arena como um conjunto de interações que se esforçam para interpretar e estabilizar um desafio. Deste modo, a arena é o espaço de definição do quadro de percepções sobre a realidade. (CEFAÏ,1996, apud LASCOUMES E LE GALÈS, 2012). As arenas são conformadas como fluxos contínuos de ação e reação de diferentes atores, frente a novos contornos dados aos problemas identificados como de pública relevância, constituindo novos espaços institucionalizados ou não, nos quais se manifestam a luta e os protestos pela defesa de direitos. Isso se percebe nitidamente na atuação dos NMP enquanto atores primordiais no processo de definição de problemas e formação de agendas de políticas públicas.

É importante ressaltar que a formação dos problemas públicos, pode ser dar de várias formas. Lascoumes e LeGalès (2012) colocam três formas de abordagens para a construção de um problema público: na primeira, fatos sociais são transformados em problemas públicos; na segunda os problemas públicos se tornam problemas políticos; e a terceira trata da definição de agenda. Os fatos sociais “são indissociáveis das percepções da realidade social. [...] Tratam-se de constatações baseadas tanto em situações subjetivamente vividas como empiricamente confirmadas” (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012, p.140). Um problema social, portanto, sempre carrega consigo uma matriz valorativa da sociedade, que experimenta uma sensação de insatisfação diante de uma dada condição social. Esta matriz valorativa é expressão da forte subjetividade presente no reconhecimento social de um problema como de pública relevância. Logo, um problema de política pública é sempre relacional e social (BOULLOSA, 2010).

“O problema torna-se público a partir do momento em que os atores sociais estimam que algo deve ser feito para mudar a situação. Ele torna-se político a partir do momento em que a solução almejada só pode ser dada pelo poder público.” (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012 p. 141). Lascoumes, Le galès (2012), o problema é político quando autoridade estatal se apropria de determinado desafio e o inscreve em sua agenda.

É interessante observar que tradicionalmente os estudos sobre *policies* buscam analisar racionalmente o chamado ciclo das políticas públicas da definição dos problemas, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação das PP, avaliação e extinção das PP. Na prática, o que se percebe é que se dá uma ênfase maior aos instrumentos (leis, decretos, planos, conselhos, orçamentos etc.) e a atuação e qualidade dos atores públicos, que necessariamente a definição dos problemas. Sabe-se que muitas vezes tais instrumentos surgem das vontades de atores específicos que estão no poder em dados contextos e que antecipam possíveis alternativas e cursos de ação. Esse é um fato que ao analisar a atuação dos NMP, verifica-se que estes estão muito mais focados na luta pela evidência e definição do problema de pública relevância, que necessariamente, na definição de alternativas formais e institucionalizadas tradicionais. Isso não indica que também não se preocupem com isso, mas que o caminho percorrido para a formulação da policy, parece apontar para outra lógica.

Seguido essa lógica de ação, os movimentos feministas e de gênero vem apresentando suas reivindicações, a partir da definição de problemas públicos constatados na realidade social. Tais problemas são voltados principalmente para a falta de igualdade de gênero. Para Bandeira (2005) falar da igualdade de gênero é romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento. As mulheres emergem como alteridade feminina, sociocultural e política, passam a estar presente, reconhecidamente, nas arenas da vida cotidiana, onde se redefinem com base na cultura, na história, nas relações de trabalho e nas formas de inserção no mundo político, portanto, em um novo campo de possibilidades para estabelecer convenções capazes de vencer sua condição de desigualdade.

As mudanças sociais não acontecem de forma espontânea, como resultado de avanços social, cultural e cronológico, são sim, frutos dos diversos atores sociais incluindo os “empreendedores de causa” como chamam Lascoumes e Le Galés (2012). Neste contexto, a Marcha das Vadias – Salvador e outros novos movimentos de protesto podem ser considerados na atualidade como tais empreendedores, mesmo considerando seu caráter sazonal e fluído de manifestações presenciais,

mas, ao que parece, mantendo vivos ideais e utopias diversificadas em torno da igualdade de gênero.

O movimento social feminista tem tido um papel fundamental na construção de políticas públicas de gênero, evidenciados fatos sociais e transformando-os em problemas públicos. Assim, o discurso feminismo, “ao apontar também para o caráter subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública” (ALVES, PITANGUY, 1985, p.8)

Movimentos como o das Sufragistas, o Movimento de Mulheres, Marcha das Margaridas, Marcha das Vadias etc., têm cumprido um importante papel na desconstrução de um imaginário instituído acerca da mulher e do seu papel na sociedade. E, em alguns casos, como o MDV, vêm apresentando à sociedade o redesenho no conceito de mulher, que em muitos momentos não tem seus anseios representados em um Estado que organiza e controla a vida em sociedade, dando direitos e deveres aos cidadãos submetendo-os às leis, indiferente às individualidades, tornando-se esse, matriz geradora da segregação de grupos de indivíduos que compõe essa sociedade, que muda e tem anseios diferentes. O exercício da participação pela MDV-Salvador é patente, na medida em que busca a concretização do princípio da democracia (MELUCCI, 2001), no sentido de agir para promover os interesses e necessidades das mulheres, buscado a construção de espaços mais democráticos de interação entre governados e governo

## **2.2 Panorama das políticas públicas de gênero no Brasil**

Vistos os principais conceitos e abordagem sobre policy, cabe aqui fazer um breve panorama histórico das ações de *politics*, no sentido da esfera de lutas para conquistas de poder e orientações das *policies* voltadas para as questões de gênero.

No século XVII, momento da história em que o capitalismo desponta com a aceleração do ritmo das atividades de manufatura, expansão do mercado e criação de novas formas de organização do trabalho, surgem ideias da insubordinação

feminina. A partir do século XVIII, na França, é que se tem, “práticas de ação política organizada [...] o movimento feminista assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher” (ALVES, PITANGUY, 1985). A luta da mulher por igualdade de direitos tem nos primeiros lampejos do feminismo como um movimento político. No século XVIII, em que muitas revoluções foram deflagradas e que contaram com a participação das mulheres ao lado dos homens, na busca por melhores condições de trabalho, é que as mulheres se deram conta de que as vitórias conquistadas estavam restritas aos homens. Até meados do século XIX não se tinha registro de mulheres frequentando universidades. De acordo com Alves e Pitanguy, (1985), neste mesmo século começa a luta das mulheres pelo direito ao sufrágio.

O Movimento Sufragista juntamente com a luta por melhores condições de trabalho foram bandeiras assumidas pela classe trabalhadora do século XIX. Contudo, foram vitórias do sexo masculino, em especial no que diz respeito ao sufrágio. A luta pelo direito de participar da vida política foi longa. Nos Estados Unidos e Inglaterra prolongou-se por sete décadas, após embates violentos. Foi tido como um movimento político de massa de maior significação do século XX, por reunir em seu ápice até 2 milhões de mulheres (ALVES, PITANGUY, 1985, p.44)

No Brasil, essa luta perdurou por 40 anos, a contar de constituição de 1891 e não teve as características de movimento de massa como nos Estados Unidos e Inglaterra. Em 1910, Deolinda Daltro, funda o Partido Republicano Feminista e, em 1919, Bertha Lutz, funda a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que posteriormente, foi denominada de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Essa organização tinha como tática de pressão o *lobbying* (pressão sobre os membros do Congresso e divulgação de suas atividades pela imprensa, visando à mobilização da opinião pública). (ALVES, PITANGUY, 1985, p 47)

O Rio Grande do Norte foi o primeiro estado brasileiro a incluir em sua constituição um artigo dando o direito de voto às mulheres. Em 1932, Getúlio Vargas promulga por decreto-lei o direito de sufrágio às mulheres. Este já era exercido em 10 estados. Alves e Pitanguy (1985), colocam a mobilização das mulheres pelo sufrágio como um movimento feminista, por denunciar a exclusão das mulheres da participação das decisões políticas. Essa mobilização traz à luz questionamentos

acerca da discriminação e incorpora outros aspectos que configuram a condição social da mulher.

Os primeiros momentos de insurreição feminina acontecem meio a uma sociedade patriarcal, no início do século XIX. À época, a privação de direitos básicos inerentes à pessoa humana, trouxeram à tona manifestações que se contrapunham a sociedade conservadora.

Herdeiros de um legado patriarcal em que a força física delimitava papéis sociais, a sociedade das décadas de 1950 e 1960 via o homem como único capaz de assumir a direção de instituições, como, por exemplo, a família. Isso tudo alimentado por figuras míticas como Adão, imagem e semelhança de Deus e Eva, resultado de um pedaço do homem, Adão.

Sherer-Warren (2005), coloca que o pensamento feminista faz uso de teorias libertárias tradicionais como: opressão, liberdade, igualdade, justiça emancipação, solidariedade, poder e dominação. O fato é que os movimentos identitários, em especial de gênero, trouxeram uma nova configuração social ou pelo menos tentam apresentar a nova construção social, que se desenha.

Apenas no século XXI, especificamente em março de 2003, as políticas públicas para mulheres têm sua institucionalização, no âmbito federal por meio da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República SPM/PR, criada, cujas competências são:

I - assessoramento direto e imediato à Presidência da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;

II - elaboração e implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional;

III - planejamento da incorporação da perspectiva de gênero na ação do Poder Executivo federal e demais esferas públicas, para a promoção da igualdade de gêneros;

IV - promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; e

V - acompanhamento da implementação da legislação sobre ação afirmativa e definição de ações para o cumprimento de acordos, convenções e planos de ação

sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens e do combate à discriminação.

Em julho de 2004, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - (I CNPM) promovida pela SPM/PR, resulta na criação de um Plano Nacional de Política Nacional para as mulheres que se orienta pelos seguintes pontos: igualdade e respeito à diversidade; eqüidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos; participação e controle social. Três anos depois, em agosto de 2007, ocorre a II CNPM, cujas resoluções traduziram-se no II PNPM.

A SPM/PR assessora diretamente a Presidenta da República, em articulação com os demais Ministérios, na formulação e no desenvolvimento de políticas para as mulheres.

Atualmente, os eixos de atuação da SPM/PR estão elencados no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM 2013/2015, e teve as resoluções da III CNPM, ocorrida em dezembro de 2011, como alicerce:

- Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica;
- Educação para igualdade e cidadania;
- Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos
- Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
- Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
- Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social;
- Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta;
- Cultura, esporte, comunicação e mídia;
- Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;
- Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

Cada ação tem objetivos, geral e os específicos, metas, linha de atuação e um plano de ação. Para implementação e monitoramento do PNPM, existe o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. No âmbito estadual e municipal, nesse caso na cidade de Salvador, essa institucionalização se apresenta por meio da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres SPM/BA e da Superintendência de Políticas para Mulheres - SPM/SSA, respectivamente, e seguem os eixos apresentados pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República SPM/PR, tendo autonomia para escolherem eixos específicos de atuação. Na Bahia a criação da SPM/BA ocorre no ano de 2011 com a lei 12.212, e tem como eixos prioritários a prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres e a promoção da autonomia das mulheres. Na cidade de Salvador, a Superintendência de Políticas para as Mulheres é criada pela Lei 6.588, de 28 de Dezembro de 2004, alterada pela Lei 7.401, de 06 de Março de 2008 e pela Lei 7.610, de 29 de Dezembro de 2008. E tem o enfrentamento à violência contra a mulher como principal eixo de trabalho. Conselhos, fóruns, têm sido as principais vias de participação social na construção de políticas públicas de gênero, nas duas esferas.

Durante esta pesquisa, os participantes do legislativo estadual informaram que as prioridades na agenda política era, de fato, o enfrentamento à violência contra a mulher e ações para dar autonomia e empoderamento econômico. Já o legislativo municipal enfatizou o combate à violência, por meio da adoção de um equipamento protetivo, acionado, quando a mulher estivesse na iminência de uma agressão física, denominado Botão do Pânico<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Equipamento destinado a mulheres sob proteção da Justiça. O dispositivo emite um sinal e, através de GPS, as viaturas da patrulha Maria da Penha, da Guarda Municipal que vão ao encontro da vítima para tentar evitar novas agressões, que até o momento da pesquisa ainda seria implantado na capital baiana como medida protetiva. Mais informações <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/materias/1547641-prefeitura-quer-implantar-botao-do-panico> Acesso em 19/03/14.

### 3 A MDV- Salvador na formação de arenas de PP

*Afirmar um direito, não é o mesmo que ser capaz de exercê-lo*

*(Judith Butler, 2009)*

Neste capítulo são descritos e analisados os resultados da pesquisa empírica realizada para esta monografia, por meio da análise de conteúdo de 10 (entrevistas) com diferentes atores envolvidos nos processos de formulação de políticas públicas de gênero. Deste modo, buscou-se investigar o problema aqui levantado por meio da identificação de “um quadro geral da vida social e, depois, pesquisar um aspecto particular dele para testar [ ] nossas teorias.” (MAY, 2004, p. 47). Neste caso, buscou-se analisar a realidade social a partir dos discursos e percepções destes atores de políticas públicas sobre a atuação da Marcha das Vadias – Salvador na construção de novas arenas. Conforme explicado na introdução do trabalho, a escolha dos entrevistados se deu pela acessibilidade e relevância aos sujeitos que tem significativa atuação no contexto das questões de gênero na atualidade, nas esferas legislativas e executivas federal<sup>11</sup>, municipal e estadual, além de militantes da MDS-Salvador. Assim, foram entrevistados entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014:

- 02 (duas) deputadas estaduais envolvidos na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado da Bahia, aqui identificadas como LE1 e LE2;

---

<sup>11</sup> Tentou-se realizar uma entrevista também com um deputado federal que luta pelas questões de gênero, porém, infelizmente, isso não foi possível por incompatibilidade de agendas. Mesmo assim, insistiu-se com o envio das perguntas via e-mail, mas não houve retorno.

- 02 (dois) representantes do legislativo municipal, sendo uma vereadora (LM1) e um vereador (LM2), envolvidos na Comissão de Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Salvador;
- 01 (uma) gestora da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República SPM/PR (GF);
- 01 (uma) gestora da Secretaria de Políticas para Mulheres do Estado da Bahia – SPM/BA (GE);
- 01 (uma) gestora da Superintendência de Direitos da Mulher da Cidade de Salvador SPM/SSA (GM).
- 03 (três) militantes/lideranças do MDV/SSA sendo um homem (M1) e duas mulheres (M2, M3).

As legendas descritas anteriormente serão usadas para identificar possíveis falas coletadas nestas entrevistas. Como já explicitado, foi preservado o anonimato dos entrevistados considerando suas posições políticas e os cargos que assumem, ou seja, são policymakers nos fluxos das políticas de gênero e, portanto, a manutenção do sigilo tentou manter maior espontaneidade e possível revelação de percepções mais reais sobre a MDV e as arenas.

As entrevistas foram transcritas e mantidas a sua integralidade, inclusive supressões, buscando indutivamente as evidências empíricas que evidenciam o fenômeno da construção de arenas pela MDV-SSA. Buscou-se, assim, trabalhar na pesquisa além da *qualidade formal* que trata dos instrumentos e dos métodos, dar prioridade à *qualidade política* que, trata das finalidades e dos conteúdos (DEMO, 1999). Dessa forma, a ênfase na qualidade política, talvez nos coloque

mais questões que respostas, mas que não deixa, por isso, de ser essencialmente [qualidade] na realidade *histórica*. Refere-se fundamentalmente a *conteúdos* e é, em conseqüência, histórica. Não é dos meios, mas dos fins. Não é de forma, mas de substância (DEMO, 1999, p.12, itálico do autor).

Para isso, outro ponto relevante que foi considerado durante a construção do conteúdo categorial, foi a percepção da pesquisadora quando no campo, realizando as entrevistas. Os discursos legisladores, gestores e militantes das questões de gênero são aqui compreendidos a partir de Melucci (2001), que ao analisar a dinâmica dos movimentos sociais, define o conceito de discurso público da seguinte forma:

O discurso público não é um dado, mas um produto resultante de um complexo jogo de interações no qual intervêm, certamente, os objetivos e os interesses dos grupos de poder e dos aparatos políticos, e para o qual contribuem com um papel não subalterno, seja as competências profissionais e as dinâmicas organizativas dos adeptos aos trabalhos, seja as escolhas dos consumidores da comunicação (MELUCCI, 2001, p.144).

As entrevistas foram analisadas aplicando a técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) no qual confrontam-se as motivações, desejos e investimentos dos sujeitos. Foram identificados os significantes e os significados dos textos e formas de expressão dos sujeitos envolvidos, sendo realizada em duas etapas: a análise do conteúdo e a interpretação. Utilizou-se a técnica da análise categorial temática proposta no método da análise de conteúdo, seguindo o procedimento da divisão do texto das entrevistas em unidades temáticas (conteúdos/temas), para em seguida agrupá-las e classificá-las em categorias específicas, definidas conceitualmente a partir da frequência / recorrência dos temas predominantes nas verbalizações e nos escritos dos documentos (BARDIN, 1977).

O processo de tratamento dos dados iniciou-se com uma leitura “flutuante” de todo o material transcrito seguido de uma releitura pontuando algumas questões e observando a recorrência e relevância de determinadas verbalizações consideradas como conteúdos extraídos destas. Esses conteúdos foram agrupados em temas e conseqüentemente agrupados em categorias a ser interpretadas. Nesta análise de conteúdo, portanto, não apenas as interpretações literais foram consideradas, mas também, palavras não finalizadas e frases inconclusas, foram fontes substanciais para as inferências.

A seguir, são apresentados os principais resultados encontrados destacando-se as principais categorias encontradas.

### **3.1. As percepções sobre a MDV-SSA e a formação de arenas de políticas públicas**

Na análise categorial foram identificados 221 (duzentos e vinte e uma) verbalizações, conteúdos significativos que foram agrupados em 31 (trinta e um) temas. Entre estes temas, merecem destaques as questões recorrentes nas falas da maioria das entrevistas do que diz respeito a: violência contra a mulher (37), importância da participação social (26); cultura machista e patriarcal (23), extrema importância aos instrumentos de PP (18); movimento social como forma de pressão política (15); necessidade de se articular com outras instituições políticas (13), entendimento de o MDV busca autonomia sobre o corpo (11); supervalorização de uma representação formal (9); O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (8); entendimento de que o Movimento da MDV luta quando não se sente representado (8). Esses temas foram mais incidentes nas falas dos representantes dos legislativos e dos gestores das três esferas de governo.

Em seguida estes 31 temas foram agregados novamente em 05 (cinco) macrocategorias analíticas que surgiram das entrevistas. Estas categorias são descritas no quadro a seguir, sendo cada uma explicada posteriormente.

**Quadro 2 – Quadro analítico de categorias definidas a partir da percepção dos representantes do legislativo estadual e municipal, gestores de políticas públicas de gênero do executivo estadual e municipal. e militantes da MDV-SSA sobre a influência deste movimento na formação de arenas**

<b>Categorias</b>	<b>Definição da categoria</b>	<b>Número de incidência das verbalizações nas entrevistas e sujeitos que verbalizaram</b>
<b>1. Agenda focalizada no enfrentamento das violências contra a mulher.</b>	O instrumento Plano Nacional de Políticas para Mulheres é bastante apontado pelos atores, assim como outros instrumentos de PP. Este tem 10 eixos de atuação, porém, há uma extrema focalização e supervalorização para as ações públicas voltadas para o enfrentamento das violências contra a mulher. Ressalta-se que se trata de um enfrentamento voltado apenas para uma visão binária de gênero.	80 Legislativos estadual (LE1, LE2, Legislativo municipal, LM1, LM2) e Gestores federal (GF) estadual (GE) e municipal (GM).
<b>2. Supervalorização versus fragilidade dos instrumentos de PP</b>	Assim como em outras PP, com relação às políticas de gênero há uma supervalorização dos instrumentos de PP tais como o Plano, os Conselhos, os Fóruns etc., no sentido de serem vistos como fundamentais para o processo de participação e implementação da <i>policy</i> . Porém, em menor grau, reconhece-se a fragilidade destes, principalmente, quando relacionados às atividades de <i>politic</i> .	53 Legislativo estadual (LE1, LE2), Legislativo municipal, LM1, LM2) e Gestores federal estadual e municipal, respectivamente (GF,GE, GM
<b>3. Baixa prioridade das questões de gênero as agendas de PP</b>	Trata-se da baixa prioridade dada pelos políticos e formuladores de PP para a questão de gênero, enquanto problema de pública relevância seja, em termos orçamentários, legais, administrativos e institucionais	30 Legislativo estadual (LE1, LE2), Legislativo municipal (LM1, LM2), Gestores estadual (GE) e Gestor municipal (GM)
<b>4. Visões restritas sobre a MDV</b>	Há um desconhecimento ou baixo nível de conhecimento sobre o MDV, refletindo uma visão restrita sobre seus propósitos e valores, ressaltando apenas a dimensão política que a dimensão ideológica (valores).	29 Legislativo estadual (LE1 LE2), Legislativo municipal (LM1, LM2) e Gestor federal (GF)
<b>5. Valorização dos NMP</b>	Trata-se da valorização das novas tendências trazidas pelos NMP, tais como o apartidarismo, a fluidez na militância, horizontalidade das relações, a menor institucionalização, a construção de um sujeito contestatário unificado, porém,diverso.	29 Militantes (M1, M2, M3)

Fonte: Elaboração própria a partir da análise das entrevistas.

Pelo quadro acima, podemos perceber que a categoria **agenda focalizada no enfrentamento das violências contra a mulher** é mais evidenciada por todos os entrevistados. As políticas públicas referentes à temática de gênero, atualmente, são balizadas no que é apresentado no Plano Nacional de Políticas para Mulheres - PNPM 2013-2015, elaborado pela SPM/PR. O processo de construção do PNPM contou com a participação da sociedade civil, movimento de mulheres rurais e urbanas, feministas e organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, por meio das Conferências de Mulheres municipais, estaduais e nacional. (PNPM 2013-2015, 2013, p7). Esse plano é o instrumento que norteia as ações governamentais dos entes subnacionais, que têm a autonomia de escolher, dentre os dez eixos apresentados pelo PNPM, em qual(ais), será(ão) direcionados os recursos para a realização de ações que objetivem a equidade de gênero. Trata-se de um importante instrumento de políticas públicas que institucionaliza a agenda governamental de modo focalizado. Sobre este tema, percebe-se um descolamento entre o que o MDV/SSA busca e o que compõe a agenda dos governos. O combate à violência a mulher é a prioridade da agenda de governo. No entanto, essa mulher é entendida ainda pelo conceito binário, priorizando o sexo e não o gênero. Como ressalta a gestora de executivo federal sinalizando sobre o entendimento reduzido na própria agenda governamental, sobre as atuais políticas públicas:

*O Plano Nacional de Política para as Mulheres tem a utilidade de selecionar as políticas locais, a partir do interesse político dos seus governantes, do ponto de vista dos municípios e do estado. [...] Que **compreensão** as autoridades têm e também que **interesses eles têm em definição das políticas públicas** [...]. A grande prioridade é equacionar o tema da violência contra as mulheres...*

***A gente sabe que existe uma dificuldade enorme, ainda na compreensão da questão de gênero. Gênero ainda é entendido como uma questão de sexo. (GF – grifo meu)***

Para os militantes da MDV/SSA um conceito de mulher que vai além do signo que o determina, como ressalta o militante do sexo masculino, da MDV-SSA

*sexo não define gênero, entendeu, você pode nascer... Como sexo infelizmente ainda tem esse caráter ainda muito “biologisante”, se a gente procurar a igualdade dos sexos, a gente procuraria igualdade apenas em mulheres com vagina. Existem mulheres que nascem*

*com pênis. [...]. Então, tem que todo tipo de mulher ser igual em oportunidades... (Militante - M2).*

Tal questão também é revelada e alertada por uma das militantes da MDV-SSA (M1):

*a gente está aqui para defender o que a pessoa se enxerga. Se ela se enxerga transexual, vamos defender os transexuais, se ela entende que ela é hetero, vamos defender o hetero, se decidir que é lésbica... qualquer coisa. É ela que tem que se sentir bem, então a Marcha [das Vadias] tem o papel de está lutando. (Militante - M1).*

Essa fala é bastante significativa, evidenciando as lógicas dos NMP do “fazer público”, das características e contornos difusos dados a determinadas causas. Trata-se de uma renovação nas práticas militantes, forjando novas perspectivas sobre o bem público e novos cenários de ação (CEFAÏ, 2005). A heterogeneidade dos atores e das ações tem, certamente, enriquecido as mobilizações sociais e conquistado novas arenas políticas, indo além das escolhas racionais. Como ressalta Cefai (2009):

Os atores não são mais apenas marionetes movidas por condições objetivas às quais obedecem, não são mais somente pequenos demiurgos que calculam, em termos de rentabilidade ou de produtividade. Eles são confrontados a mundos, dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras de se engajar, são submetidos a coerções ecológicas fortes, mesmo dispondo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade. E, sobretudo, dispõem de uma *capacidade de julgamento estético, moral e político*[...][Ressalta-se, assim] engajamentos de dever, de responsabilidade e de solidariedade, às preocupações de si e do outro e aos ideais de “bem-viver juntos” em jogo nas ações coletivas – assim como aos “imperativos de justificação” da ação em público (PHARO,1985; QUÉRÉ, 1990; BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991 apud CEFAÏ, 2009, p.15)

De modo geral, parece haver uma tendência na MDV-SSA a novos tipos de engajamento cívico de modo mais universal. Por outro lado, as PP que visem igualdade de gênero precisam ter um caráter mais universalizante. Preconizando o que está posto na CF/88 em seu artigo 3º, inciso IV de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

A segunda categoria trazida no quadro 02, diz respeito a **supervalorização versus a fragilidade dos instrumentos de políticas públicas**. Os gestores governamentais entrevistados enxergam os instrumentos de PPs como as fontes

mais legítimas para a formação de agenda de PP, conforme pode ser ressaltado nas falas abaixo:

***O maior mecanismo é o próprio Conselho [...] Então são locais em que as políticas públicas são tratadas e definidas a partir da definição do Plano, não é? (Gestor federal - GF, grifo meu)***

*a gente constrói com a sociedade civil e publica todo ano uma agenda das atividade do Estado inteiro, dos grupos de mulheres. **Entra em contato com os grupos, com os centros de referência que fazem a ligação com os grupos, com os órgãos de políticas para mulheres, conselhos municipais e eles então entram em contato com as organizações da sociedade civil.** (Gestor estadual – GE, grifo meu)*

*a gente está sempre dialogando, **inclusive nas conferências, tem o Conselho Municipal da Mulher.** Sempre dialogando com o movimento (Gestor Municipal - GM, grifo meu)*

Comumente, a participação da sociedade civil era entendida através da participação por meio dos instrumentos de PP. Esse equívoco, por parte dos entrevistados políticos e gestores governamentais, foi observada no momento da pesquisa. Prevalecendo a lógica da institucionalização na inversão da ação. Isso pode ser constatado na fala da (GE).

Quanto à **fragilidade dos instrumentos de PP** “os instrumentos de políticas públicas não são neutros. Pelo contrário, carregam consigo significados, representações e uma forma condensada de conhecimento sobre regulação (LASCOUMES E LE GALÈS, 2012 apud BOULLOSA 2013). “Os efeitos podem produzir inércia, uma representação específica da questão ou induzir a uma problematização específica”. (BOULLOSA, 2013, p. 8). É sempre importante ressaltar que alguns instrumentos de participação, comumente supervalorizados (como os Conselhos), possuem uma parte de representantes do governo que, teoricamente decidem com a sociedade civil os rumos de uma política, tão enfatizado nas falas acima. Por outro lado, em menor grau, há um reconhecimento que esses instrumentos também são vulneráveis à contextos políticos:

*Mudou o governo e ele [novo governo] iniciou: isso [dar continuidade às ações anteriores] para mim [novo governo] não é importante. E quem sofre é essa população, são esses movimentos, é essa grita*

*na cidade que é sufocada, pelo mero poder de fazer, mas não querer fazer. Então precisa prevalecer a vontade política, que são duas coisas que tendem a acompanhar essa sobrevivência política: o **poder de fazer e o querer fazer**. (Legislativo municipal - LM1, grifo meus).*

***Tudo isso influencia [ a participação dos movimentos feministas] ... influencia inclusive para que não extingam os órgãos de políticas para mulheres. Por que os órgãos de políticas para mulheres são tão frágeis que você não tem ideia. Qualquer coisa, qualquer mudança, no vento, na conjuntura no governo, se mudar a gestão, o grupo político, as primeiras coisas a serem tocadas são: os órgãos de políticas para mulheres em primeiro lugar. (Gestor estadual - GE, grifo meu)***

Embora, os instrumentos de PP sejam notadamente reconhecidos pelos representantes governamentais, como vigorosa fonte de participação social, em menor grau, foi observado que esses sujeitos também entendem que esses instrumentos são frágeis. Além das colocações acima, retomo a fala da gestora estadual, sobre orçamento público, quando veementemente relembra algo sobre o Plano Plurianual (PPA), enquanto instrumento de participação social na alocação de recursos. “Quando for cortar alguma coisa de um orçamento: Secretaria de mulheres é a primeira a cortar” (GE)

No processo de investigação, ficou evidente que o entendimento que esses sujeitos têm acerca de participação social no processo de construção de uma PP perpassa pelos instrumentos institucionalizados (PPA, Conselhos, Fóruns). Todavia, os militantes entendem que a mobilização nas ruas representa a melhor forma de pressão política o que é entendido como participação social.

*a MDV ela vai **atrás dos direitos dela**, vai atrás do que ela quer, é através de uma ocupação direta nas ruas. É uma coisa política de verdade: é você **chegar na rua e gritar pelo direito** que você quer. (Militante - M2)*

Pela afirmação percebe-se uma forma de compreensão de participação direta e ativa, ativismo cívico e não apenas de modo institucionalizado. Corroborando, neste sentido Cefaï (2005), explica que

“É um mundo barroco que se desenha, com múltiplos estados-maiores, sem a unidade de um quadro organizacional, sem imperativos de centralismo democrático, sem submissão a uma ideologia comum. Uma boa parte destes actores partilha uma preferência pela participação directa” (CEFAI, 2005, p. 140).

A terceira categoria apontada no quadro 02 é a **baixa prioridade as questões de gênero nas agendas de políticas públicas**. Todos os sujeitos entrevistados apontam que a falta de orçamento, ou pelo menos o direcionamento de recursos para o enfrentamento de problemas acerca desse tema, é um ponto determinante. Isso fica evidente nas falas tanto do gestor estadual (GE), gestor municipal (GM), legislativo municipal (LM1), legislativo estadual (LE2), respectivamente:

*nós não somos prioridade para os governantes, não é. Então assim, não é prioridade, política para mulheres não é prioridade. [...] Quando for cortar alguma coisa de um orçamento: Secretarias de mulheres, é a primeira a cortar... (Gestor estadual - GE, grifo meu)*

*Falta de orçamento. Resume-se a isso, eu não tenho nem mais o que... (Gestor municipal - GM)*

*Olhe, [falta] articulação e orçamento, ninguém faz política sem orçamento.  
(Legislativo municipal - LM1)*

*então muitas vezes, quando a gente quer propor uma agenda, um projeto, uma ação ela esbarra num aspecto que diz que quando você cria um projeto de lei, não pode criar demanda financeiras para o executivo, então muitas vezes, então muitas leis elas meramente formais. (Legislativo Estadual - LE2)*

Essa percepção também é transversal com outra questão, ancorada no discurso de um entrevistado: a compreensão de relevância de um problema público.

*porque determinadas vezes você pode ter o poder de fazer enquanto governante: você tem, mas você não quer fazer, você entende que não vale à pena fazer”. (Legislativo municipal - LM1).*

Em contraponto aos representantes governamentais, os militantes colocam que

*a bancada fundamentalista do Congresso vem sendo de grande prejuízo pra gente. [...] Você vê a CDH [Comissão de Direitos Humanos] sendo espoliada, passada de mão-em-mão sem qualquer critério e isso prejudica muito qualquer política voltada para as mulheres, mesmo as que não tenham ligação com a Marcha das Vadias (Militante- M2)*

*infelizmente, não adianta, a gente colocar uma pessoa que é parceira da gente lá no Senado, se a maioria dessa galera que está lá é fundamentalista, então como que a gente vai fazer? (Militante - M1)*

A inferência que fica evidente é a distinção de opiniões entre os dois seguimentos. Os primeiros entendem a falta de orçamento o maior dificultador para encaminhamentos de ações para a temática de gênero. Enquanto que para os representantes do MDV/SSA, faltam ações dos políticos, desvincilhadas da governabilidade, o que remete a arranjos políticos.

A quarta categoria encontrada diz respeito às **visões restritas sobre a MDV**. As observações repousam sobre a ótica que os representantes governamentais das três esferas de poder têm sobre a MDV. Ressalto que nesse momento as minhas observações de campo contribuíram de forma significativa para as inferências bem como os contextos das entrevistas.

Percebi que os representantes do legislativo, traziam conceitos comuns do MDV, semelhantes aos encontrados no Wikipédia. Especificamente, em um dos casos, consegui visualizar uma folha impressa com conteúdo sobre MDV, deste site, após um descuido do entrevistado, que assim que percebeu a falha, prontamente a cobriu com outros papéis. No entanto, não se pode afirmar que o conhecimento, perceptivelmente raso sobre o movimento, tenha relação com a situação presenciada pelo pesquisador durante a coleta de dados.

Para a análise desse tema, foram agrupados conteúdos acerca do conhecimento sobre o MDV, que abarcaram entendimento sobre o movimento, em seus aspectos políticos. Para os gestores públicos do executivo, respectivamente afirmaram:

***Não conheço**, mas como nós temos aqui servidoras que fazem parte da MDV, eu estive participando apesar de não me colocar assim, tão ousadamente como as meninas colocam. [...] muitas dessas mocinhas, a turma jovem, que vão para a rua se colocar, em muitas das vezes não se sentem representadas por aquele feminismo. [...]*

*pelo que eu entendo, **pelo que falam algumas delas**, é que não existe o interesse burocrático de está nesse assento [fazer parte dos conselho]. (GF – grifos meu)*

*É maravilhoso porque chama a atenção para algo e ganha uma repercussão nacional porque está mostrando que a gente fala muito, mas nunca teve coragem de mostrar: que o nosso corpo nos pertence, que ninguém tem direito de tocar sem permissão. **Eu acho esse movimento espetacular, é irreverente e consistente, é uma irreverência com consistência** (Gestor Estadual – GE, grifo meu)*

***Conheço, acho ótimo.** Acho que as meninas têm feito ações bem interessantes, bem importantes para efetivação de políticas públicas para mulheres, para garantia dos direitos das mulheres, então eu acho que é mais uma frente de luta mesmo, para garantia desses direitos. (Gestor municipal – GM, grifo meu)*

Interessante observar que a gestora federal (GF), apesar de ser a que demonstrou maior nível de conhecimento sobre a temática de gênero, assume que não conhece em profundidade a MDV, enquanto as demais afirmam que sim. Porém, ao que parece a gestora municipal (GM) aponta para um nível de conhecimento mais superficial sobre o movimento. Já a gestora estadual (GE) fala da “irreverência com consistência”, trocadilho que inclusive usei como provocação no título deste trabalho. Mas, de fato, o que vem a ser irreverente? O que se entende por consistência? O entendimento da irreverência seria por tentar “chocar”, evidenciar corpos e questões de gênero ou pelo modo de mobilização e novas solidariedade que surgem? A consistência tem se materializado nas políticas públicas?

Os representantes dos legislativos, estadual e municipal LE1 e LM1, respectivamente, embora afirmem conhecer, apresentam percepções de um movimento que se apresenta, na visão de LE1, como “mais um”, e que para ter representatividade e respaldo político precisa se institucionalizar. Ou ainda, aparece como uma manifestação e não como um movimento como afirma LM1.

*Eu entendo que a Marcha das Vadias, que nós sabemos da origem dele, que foi um protesto por conta de mais uma expressão forte do machismo, da maneira como entendida na sociedade a “culpabilização”, não é da mulher, a gente sabe que é um movimento novo nasceu fora do Brasil, nasceu no Canadá, mas a gente já tem florescimento do movimento [...] **o Movimento das Vadias é um***

**tanto radical**, mas eu acho que ele se insere num conjunto de lutas de movimentos e expressam a angústia por tantas formas de repressão...É um grito, um grito que **acho que tem que ser ouvido também**. E eu acho que é isso, é **mais um movimento** que se insere numa gama forte. (Legislativo Estadual - LE1, grifos meu)

A gente tem aí os movimentos que antes eram movimentos informais, e hoje precisam de um institucionalidade para ter **respeito e respaldo** (LE1)

**É uma manifestação, não é, do grupo de minorias**, que nós consideramos minorias, mas que soube civilmente se organizar e fazer aquilo que, na eminência o então presidente Luis Inácio Lula da Silva tanto nos ensinou: ir às praças e fazer manifestação. Isso, conseqüentemente, nos remete à ideia da força popular e do que é hoje essa opinião pública, não é, de criar essas novas ordens. (Legislativo Municipal - LM1 - grifos meu)

O conhecimento, demonstrado por LM2 representante do legislativo, acerca do movimento também se mostrou extremamente superficial afirmando conhecer, contudo, desconhecendo o tipo de pauta,

**Conheço a história do movimento**, que vem de Toronto no Canadá, onde um policial se equivocou em fazer um link direto entre a forma de a mulher vestir-se com o agressor. [...] **Eu não sei se eles têm uma pauta específica na ação em defesa da política pública de gênero** de forma específica, pois eu conheço o movimento mais pela imprensa (Legislativo Municipal - LM2 - grifos meu).

O segundo representante do legislativo estadual afirma conhecer pouco e não acompanhar as ações do MDV

Honestamente eu **conheço pouco**, conheço algumas pessoas que participam. Há deturpações em relação ao nome, a características, mas assim, já li e sei que é absolutamente mostrar que a mulher pertence ao seu corpo, o corpo da mulher é propriedade dela, e que o fato de vestir assim ou assado não dá o direito a ninguém de fazer juízo de valor, sobre o caráter e a personalidade de determinadas pessoas. **Não acompanho com muita propriedade o movimento da Marcha das Vadias**. (Legislativo Estadual - LE2 - grifos meu)

Fica perceptível, que os representantes governamentais e dos legislativos, ainda não conseguem dialogar com esse movimento ou há um diálogo fraco e

pontual, haja vista, esses representantes, em momentos anteriores, em especial os gestores, informarem que os espaços institucionalizados (Conselhos, Fóruns etc.) são os instrumentos mais acessados para promoção e implementação de políticas públicas de gênero. Cefai (2005), expressa

“Pouco a pouco, foram-se propagando modos de ser, de estar no mundo e de estar com outrém em contraponto à formação de verdadeiros mundos sociais, mercados culturais e arenas públicas [...] a cidadania não é um conjunto de direitos e deveres formuláveis na sua abstracção jurídica ou filosófica, e também não é um conjunto de atributos que seriam próprios de indivíduos claramente delimitados e separados uns dos outros. (CEFAI, 2005, p.152).

*a gente não luta com o poder público para galgar ferramentas dentro do Estado, dentro de poderes públicos para a gente conseguir o que a gente quer [...] a gente faz assim, uma posição muito mais direta. A gente vai à rua. A conquista política da MDV é sempre algo espacial, territorial (Militante - M1).*

Na fala de um militante, se evidencia o entendimento diverso entre militantes e representantes governamentais sobre participação social para construção de políticas públicas de gênero

Por fim, os achados da pesquisa com relação a quinta e última categoria definida. Trata-se da **valorização dos NMP**. Boa parte dos entrevistados valoriza as novas tendências trazidas pelos NMP, tais como o apartidarismo, a fluidez na militância, horizontalidade das relações, a menor institucionalização, a construção de um sujeito contestatório unificado, porém, diverso. Isso reforça grande similaridade entre o MDV e os Novos Movimentos de Protesto (NMP), conforme já salientado no capítulo 2. Neste sentido, apresenta-se, pontos em comum entre o MDV e NMP que podem ser ressaltados a partir das percepções dos entrevistados.

Valores como liberdade, redefinição da política em seus objetivos generalistas que busca mais informar, reivindicar, denunciar, apresentam-se claros pelo MDV. Adicionada a isto, o apartidarismo, característicos do NMP conforme afirmados pelos militantes entrevistados:

*A MDV nunca mandou documento nada, nenhum. A gente só faz assim, protestos mesmo. [...] lá dentro da marcha não tem questão partidária e seu eu quiser discutir questão partidária eu vou lá dentro do meu partido (M1)*

*Eu acho que a MDV, ela tem esse poder de ser muito mais democrática. Tem muitas falhas, mas eu acho que é muito assim, mais democrática, por que assim, inclui gay, lésbica, heterossexual e todo tipo de mulher. Então acho mais aberta. (Militante - M2)*

*Mas no fundo no fundo a principal bandeira da Marcha, é **escandalizar mesmo a sociedade com o nome vadia, já que a própria sociedade não se escandaliza com a violência**, não é. Com os dados da violência. (Militante - M3 grifo meu)*

Outros pontos pacíficos entre MDV e os NMP são a participação por identificação e por experiências pessoais; a mobilização e a fluidez nas relações. É um movimento que se apropria das redes sociais.

*Mas assim, a militância de internet, é a maior ferramenta da MDV, não é a única, mas é uma das melhores. E assim, é um espaço virtual, é um espaço muito importante, é muito efetiva. Eu posso dizer que fui transformado, transformado por esse espaço [...] a marcha ela é meio que “caledoscópica”, ela junta vários pedaços e todo mundo tem algo em comum. Assim cada um tem sua opinião partidária, tem gente apartidária e tudo. Têm muitos grupos de MDV, muitos grupos maravilhosos que eu já participei que era muito bom, não sei hoje, porque hoje eu me distanciei um pouquinho... É do espaço virtual que a gente passa para o real. (Militante - M2)*

*Principalmente pela causa que as mulheres lutam, porque eu sou feminista mesmo. Também já sofri abuso sexual. E por ter sofrido o abuso sexual, talvez tenha me impulsionado. [...] eu até me afastei um pouquinho [MDV], mas porque estava tendo muita confusão. Tava muito “proliferária” as ideias. E como eu tenho uma posição, às vezes um pouco arredia, resolvi dá um tempo de ir para os encontros, mas continuo presente na Marcha (Militante - M3)*

O compartilhamento de ideologias com outros movimentos para se fortalecer politicamente também é uma estratégia. Conforme afirmado por M2 e M1, há ligações entre o MDV e os movimentos raciais

*a MDV está cada vez mais flertando com o movimento negro, no sentido de “enegrecer” o feminismo (Militante - M2)*

*Então, a Marcha tem que começar a fazer esse debate, da mulher preta... (Militante - M1)*

As principais estratégias para chamar a atenção daqueles responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas de gênero, além dos espaços virtuais, são os espaços públicos e privados de acesso público, como o caso do ACBEU, em datas específicas ou momentos entendidos com necessários para expor suas reivindicações. Nos NMP a desobediência civil (CEFAI, 2005) vem como uma ferramenta para impactar e chamar a atenção. Com a MDV não é diferente

*Como é uma data que a gente tem muita visibilidade, então a gente escolheu essa data para marchar todos os anos (Militante - M2)*

*A gente faz o seguinte, como por exemplo, a gente teve um caso agora de uma menina que levou um soco no olho, no ACBEU, que ela é lésbica, é da MDV e ela foi agredida. A gente colocou as mulheres lá. Assim, uma mulher que foi agredida no shopping Iguatemi, que o gerente bateu nela, aí eu botei as mulheres tudo lá dentro. A gente foi chamada na administração, aí deu polícia. Esse “bafão” que a gente gosta. Então essas coisinhas assim, que a gente faz não é, assim, onde tem confusão, a gente faz um escracho feminista. (Militante - M1)*

Apesar de não explicitado, parece que a desobediência civil da MDV/SSA tem uma tendência anárquica, não partidária objetivando a criação de novas arenas.

#### 4. Considerações finais

Como interprete das inquietações sociais, especificamente nas questões de gênero, foi necessário entender e ser sensível a todas as formas de expressão social que apresentam anseios públicos para a formulação de políticas públicas, não me pautando apenas pelos instrumentos institucionalizados no âmbito do Estado.

Aliás, inquirir e entender os “porquês” da ação da MDV foi a prioridade deste trabalho. Por isso, esse tema e todas as análises foram tratados valorizando os discursos construídos pelas militantes da MDV, gestores públicos, deputados estaduais e vereadores entrevistados. Além disso, a vivência na Marcha do dia 2 de julho de 2013 foi fundamental para compreensão dos sentimentos mistos de indignação, repúdio e “desobediência civil” perante uma sociedade machista e patriarcal, um Estado teoricamente laico e em processo de consolidação democrática, diante da globalização e do compartilhamento cada vez mais rápido de informação, influenciado, socioeconômica e politicamente, por países de culturas e histórias distintas. Como se adaptar a essa realidade? Como entender que em uma sociedade democrática, com resquícios autoritários, a participação se efetiva apenas em espaços institucionalizados?

Em um país como o nosso, que apenas a partir da Constituição de 88, teve a participação social como um elemento constitutivo da democracia, entender que problemas, enxergados pela sociedade civil, para que sejam entendidos com tal, precisam passar por instituições políticas, apresentou-se preocupante quando essas instituições não enxergam esses sujeitos sociais, e, por conseguinte, os seus problemas.

Compreender melhor as especificidades de novos atores como a MVD-SSA foi uma tarefa que exigiu sensibilidade. Foi necessário desconstruir paradigmas pessoais. É um movimento que cria novos espaços para encaminhar demandas, e isso fica claro durante a pesquisa. Essas demandas não se expressam em letras escritas necessariamente em papéis, de forma convencional, apresentadas em espaços específicos. O desafio maior foi perceber, que aqueles que têm o poder de agir, não tinham conseguido se adaptar/enxergar essa nova forma de ser e de viver a cidadania.

Durante o processo de coleta de informações, todos os participantes demonstraram ter consciência do protagonismo da sociedade civil e da multiatorialidade na construção de uma democracia, mesmo que seja em sua fase mais tenra. Na maioria dos casos, durante a entrevista, ante a recorrência e a forma tão objetiva com que eram ditas, algumas respostas, dos gestores e dos políticos, pareciam orquestradas, o que a meu ver, expressava a visão arraigada da prevalência da visão estadocêntrica na regulação da vida social. Mas, será apenas isso? Será que uma política pública se reserva somente a orçamento e a seu instrumento? E a política em si, como cria as políticas? Esta pesquisa clarifica as percepções distintas acerca da participação entre os sujeitos entrevistados. Abre caminho para que novos estudos possam se estabelecer com o intuito de entender essas percepções.

Os processos de participação trazidos pelo movimento analisado são tão antigos como os da antiga democracia grega, onde a *Ágora* era o palco de discussões políticas, e hoje, paradoxalmente, são entendidos como tão recentes que ainda são incompreendidos. Novos espaços de discussão e interação com o poder público são criados pelo MDV-SSA, novos problemas de pública relevância acerca das questões de gêneros são apresentados, todavia, falta um diálogo mais substancial, entre os sujeitos participantes desse espaço. O que traz alento é que toda construção tem um alicerce. Assim está sendo com a democracia e com a participação da sociedade civil nas questões políticas. Neste sentido a MDV, cria novas arenas, mas talvez, até pela sua recente atuação no Brasil, ainda não possui tanta influência na definição de agenda da política.

A MDV/SSA, não luta por igualdade de gênero, de forma isolada. É apartidária e se aproxima de seus pares ideológicos para ganhar força e visibilidade política. “Enegrecer o movimento”, como coloca um militante da MDV, traduz a compreensão de que a luta e a discussão na questão do gênero, tem mais interfaces.

Ademais, pontuarei duas questões que entendo como primordiais para que as políticas públicas de gênero tenham um caráter mais universalizante: a) repensar o conceito de identidade como categoria a ser defendida e emancipada pelo poder público, a partir do momento que se entendeu que as diferenças de gênero se apresentaram como um fato social que merecia atenção; b) repensar as formas de

participação social na construção de políticas públicas e sensibilidade para perceber os novos espaços utilizados para encaminhamento de demandas manifestadas através de insatisfação e inquietações.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Editora, Brasiliense, 1985

ARAUJO, Edilson Tavares de, Parcerias, estado e organizações especializadas: discursos e práticas em nome da integração/inclusão educacional das pessoas com deficiência. 2006. 26 f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) PUC/SP, 2006.

ARISTOTELES, A Política (384 a.C. a 322 a.C.).

AVRITZER, Leonardo. Experiências nacionais de participação social / Leonardo Avritzer (organizador) Publicação São Paulo: Cortez: UFMG, 2009.

BANDEIRA, Lurdes. Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas, Brasília, 2005

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos . ed 4. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1970

BOULLOSA, Rosana. Mirando al revés das Políticas Públicas. Salvador: UFBA, 2010 (no prelo)

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando gênero, Physis, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2009, 95-126

\_\_\_\_\_. Problema de Gênero – Feminismo e subversão da identidade, trad. Renato Aguiar, ed. 1, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Revista Cult, edição 185 <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/11/o-percurso-da-performatividade> < Acesso em 13 jan.2014 >

\_\_\_\_\_. Judith Butler: gênero como performatividade <<http://revistasamuel.uol.com.br/blogs/transtudo/judith-butler-genero-como-performatividade/>> Acesso em 11 nov. 13

BRASIL, Catalogo Nacional de Políticas para Mulheres, Secretaria Espacial de Políticas para Mulheres 2013-2015, Brasília, 2013

BRASIL, Catalogo Nacional de Políticas para Mulheres, Secretaria Espacial de Políticas para Mulheres, Brasília, 2005

BRASIL, Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado 1988

CAPANO, G.; GIULIANO, M. Politiche Pubbliche. In: \_\_\_\_\_. Dizionario di politiche pubbliche. 2 ed. Roma: Caroci Ed., 1998, p.317-123 (Tradução livre: Rosana Boullosa).

CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva, trad. Bruno Cardoso. Disponível em <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas4Art1.pdf>> Acesso em 12 de dez. 2013

\_\_\_\_\_. Os novos movimentos de protesto em França – a articulação de novas arenas públicas. Revista Crítica de ciências Sociais, 72, 129-160, out, 2005

FERREIRA, Daniel. Fabíola Mansur recebe visita de casal de lésbicas agredido no Corredor da Vitória Disponível em: <http://www.fabiolamansur.com.br/noticias/fabiola-mansur-recebe-visita-de-casal-de-lesbicas-agredido-no-corredor-da-vitoria/> Acesso em: 21/03/2014

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Dicionário Aurélio Básico, ed. Nova Fronteira Rio de Janeiro, 1988

GOHN, Maria da Glória, Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo, Vozes, Petrópolis, RJ, 2010a

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais no início do século XXI – Antigos e novos atores. ed. 4, Vozes, Petrópolis, RJ, 2010b

\_\_\_\_\_. Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos ed 2, Loyola, São Paulo, 2000

\_\_\_\_\_. A revolução será tuitada, Revista Cult, ed 169. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/01/a-revolucao-sera-tuitada/>> Acesso em 09/01/2014

IPEA. Ipea revela dados inéditos sobre violência contra a mulher Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19873](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19873) Acesso em 22/02/14

LASCOURMES, Pierre. LE GALÈS, Patrick. Sociologia da ação pública. trad. George Sarmiento, EdUFAL, Maceio, 2012.

LOPES, G. C. O papel das redes sociais como ferramenta de mobilização política da sociedade: uma análise da “Primavera Árabe”. Disponível em: <http://www.slideshare.net/gustavoclopes/o-papel-das-redes-sociais-como-ferramenta-de-mobilizacao-politica-da-sociedade-uma-analise-da-primavera-rabe> Acesso em 20 jan. 2014

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Autentica, Belo Horizonte. MG,2004.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Vozes, 2001

MAIA, M. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. Textos & Contextos, n. 4, dez. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1010/790> Acesso em: 05 mar 2014.

OLIVEIRA Raphael, VASCONCELLOS, Fábio Manifestantes quebram imagens sacras na Praia de Copacabana Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/manifestantes-quebram-imagens-sacras-na-praia-de-copacabana-9220356>> Acesso em 20 de mar. 2014

OSELAME, Renato. Casal é agredido por segurança durante exposição no ACBEU. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/casal-e-agredido-por-seguranca-durante-exposicao-no-acbeu/> Acesso em 20/03/201

PALMA Amanda. Agressão a atriz na Acbeu é alvo de protesto. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/materias/1488390-agressao-a-atriz-na-acbeu-e-alvo-de-protesto>> Acesso em 20/03/14

RAMOS, Simone. A, BOULLOSA, Rosana. F. O estudo dos instrumentos de políticas públicas: uma agenda em aberto para experiências de migração de escala In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, VII. Anais... Belém: RGS, 2013. Disponível em: [www.anaisenapegs.com.br](http://www.anaisenapegs.com.br) Acesso em: 20 mar 2014

RICCI, Rudá. Novíssimos movimentos sociais ou mobilizações da Geração Y?

Disponível em: <<http://rudaricci.blogspot.com.br/2012/07/novissimos-movimentos-sociais-ou.html>>Acesso em 20/02/14

SANTOS, Boaventura de Sousa, Pela Mão de Alice, o social e o político na pós modernidade, ed 7, Afrontamento, Porto-Pt,1999

SILVA, André Luiz da, VENTURA, Raissa Wihby, KRISTCH , Raquel. O gênero do público: críticas feministas ao liberalismo e seus desdobramento, 2009 . Disponível em; file:///C:/Users/C%C3%A1tia/Downloads/4507-15513-1-PB.pdf Acesso em 21/03014

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo : Editora Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. Das mobilizações às redes de movimentos sociais Rev. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. Ed 2, São Paulo: Cengage Learning, 2010

SLUT WALK. Site institucional do Slut Walk Disponível em <<http://www.slutwalktoronto.com>> Acesso em 22/02/14

TEJERINA, Benjamin. Imaginar a sociedade: movimentos sociais e análise política na contemporaneidade. Entrevista com Benjamin Tejerina, por Frederico Viana Machado, 2012. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822013000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822013000200002&script=sci_arttext)> Acesso em 01 de janeiro de 2014

## **APÊNDICES**

### **Apêndice A – Roteiro das entrevistas**

#### **Perguntas para os técnicos/gestores da Secretaria de Políticas para Mulheres**

Qual a maior dificuldade enfrentada para encaminhamentos de ações/projetos sobre a temática de gênero?

Hoje, quais são as prioridades da agenda política com relação às questões de gênero?

A SPM, tem algum mecanismo que promova a aproximação com os de representantes da sociedade civil? Qual?

Como os representantes da sociedade pressionam o poder público no acompanhamento de uma política ou projeto?

Conhece o movimento MV? Qual a opinião sobre o MV?

Como você vê o papel dos MS, como a MV, na formação da agenda política?

#### **Perguntas para os representantes do legislativo estadual e municipal e técnicos/gestores**

Nesse momento a comissão vem trabalhando em alguma demanda oriunda de algum representante da sociedade civil? Qual?

É envolvido com algum movimento social de gênero?

Conhece o movimento MV? Qual a opinião sobre o MV?

Como você vê o papel dos MS, como a MV, na formação da agenda política?

Qual a maior dificuldade enfrentada para encaminhamentos e aprovação de projetos sobre o tema?

Na atualidade, quais são as prioridades da agenda política com relação às questões de gênero?

#### **Perguntas para os representantes do movimento MV.**

Como e por que você ingressou na MV?

Quais os principais debates que estão presentes no movimento?

Por que Marcha e não Movimento das vadias?

O MDV encaminha demandas para os representantes do legislativo municipal e/estadual? E se sim, tem feito o acompanhamento dessa demanda? Como?

Quais instrumentos a MV se utiliza para pressionar o poder público no acompanhamento de uma política ou projeto?

Alguma demanda chegou a se efetivar? Qual?

Existem ações que são feita em conjunto com outros movimentos? Quais?

Atualmente, quem ou que a Marcha entende como sendo o maior dificultador na formulação de políticas públicas de gênero?

O MV compartilha alguma ideologia partidária com grupo/partido?

## Apêndice B - Termo de consentimento livre e esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG nº \_\_\_\_\_, fui convidado(a) a participar da pesquisa para o trabalho de Conclusão de Curso de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (RG xxxxxxxxxxxx), graduanda do Curso Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia sob a orientação da Prof<sup>o</sup>. xxxxxxxxxxxx.

Estou ciente que a participação não é obrigatória, sendo voluntária e que a qualquer momento posso desistir de participar e retirar este consentimento. Tal recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição pertinente.

O objetivo central deste estudo é conhecer como os Movimentos Sociais de

#### **Fui selecionado(a) para ser entrevistado (a), por ser:**

- Militante do Movimento Marcha das Vadias
- Fazer parte da Comissão Estadual de Direitos da Mulher
- Fazer parte da Comissão Municipal de Direitos da Mulher
- Fazer parte da Secretaria de Políticas para as Mulher – SPM/PR
- Fazer parte da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulher – SPM/BA
- Fazer parte da Superintendência de políticas para as Mulheres

#### **Autorizo ao pesquisador a:**

- SIM     NÃO – Realizar entrevista semiestruturada registrando-a em áudio.
- SIM     NÃO – Transcrever e analisar a entrevista unicamente no âmbito desta pesquisa.
- SIM     NÃO – Publicar/ citar meu nome e caracterização no trabalho de conclusão de curso nas transcrições de possíveis falas e documentos produzidos por mim.

Estou ciente de que o pesquisador se compromete que: os conteúdos cedidos serão de uso exclusivo desta pesquisa; terei minha identidade preservada; não terei ônus financeiro por tal participação; não receberei remuneração, pois trata-se de colaboração voluntária; serei livre para interromper a participação em qualquer momento; receberei esclarecimentos sobre dúvidas que tiver a qualquer momento da pesquisa; fui informado/a sobre endereços e telefones dos pesquisadores caso necessite utilizá-los.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo livremente em participar.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local, data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Entrevistado(a) /  
Pesquisado(a)

\_\_\_\_\_  
Pesquisador  
Graduanda de Gestão Pública –  
UFRB

FONE: (xx) xxxxxx - email